

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



**DE UMA PONTA À OUTRA:
O POPULISMO DE CHÁVEZ E URIBE**

Terêncio Lins

VI Mestrado em Política Comparada

Julho de 2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



**DE UMA PONTA À OUTRA:
O POPULISMO DE CHÁVEZ E URIBE**

Terêncio Lins

VI Mestrado em Política Comparada

Julho de 2011

Tese orientada pelo Doutor Andrés Malamud

Resumo

Esta investigação pretende analisar o populismo contemporâneo, de esquerda e direita, na Região Andina. Para isso, vamos tomar como objecto de análise os governos de Hugo Chávez (Venezuela) e Álvaro Uribe (Colômbia). Com o objectivo de saber se o posicionamento ideológico dos líderes populistas influencia a sua forma de governar, este estudo examina a construção da imagem pública dos inimigos e a relação «líder-povo».

Os resultados demonstram que muitas das práticas políticas, tanto do populismo de direita como de esquerda, são semelhantes. Independentemente do seu posicionamento ideológico, estes líderes procuram minimizar o papel das instituições e tratar a oposição política como inimigos públicos. Deste modo, o discurso ideológico serve para legitimar e fortalecer a relação vertical líder-povo.

Palavras-chave:

Populismo, relação “líder-povo”, Região Andina, Venezuela, Colômbia.

Abstract

This research aims to analyze contemporary forms of left- and right-wing populism in the Andean Region, focusing on the presidencies of Hugo Chávez (Venezuela) and Álvaro Uribe (Colombia). In order to identify whether the ideological positioning of the populist leaders influences their way of governing, the study examines the construction of public image of enemies, and investigates the "leader-people" relationship.

The results show that the majority of political practices of both left- and right-wing populism are quite similar. Regardless of their ideological position, these leaders seek to minimize the role of institutions and to present political opposition as public enemies. The ideological discourse serves to legitimize and strengthen the vertical "leader-people" relationship.

Key-Words:

Populism, "leader-people" relationship, Andean region, Venezuela, Colombia.

Agradecimentos

À minha guerreira mãe que apoiou e incentivou a minha decisão de fazer o mestrado em Lisboa. Aos meus irmãos Durval e Bethânia e aos meus tios e primos e amigos que mesmo à distância torceram e alegraram-se com as histórias contadas pelo telefone ou relatadas pelo e-mail.

À prontidão e paciência do Professor Doutor Andrés Malamud, agradeço pelas valiosas orientações que se transformavam em aulas imprescindíveis para a minha investigação.

Ao carinho inesquecível da Dr^a Maria Goretti Matias e atenção da Dr^a Élia Paiva sempre sensíveis em manter as portas abertas do Gabinete de Estudos Pós-graduados à assuntos relacionados ao mestrado.

Aos professores do Mestrado de Política Comparada do ICS, e aos colegas de turma pelo acolhimento.

À linda e eficaz equipa da Biblioteca Seda Nunes, um beijinho de gratidão em Paula Costa, Madalena Soares dos Reis, Elvira Costa e Andreia Parente.

Ao grande amigo gaúcho Júlio Rodriguez Cossio, que por várias vezes e horas leu e deu-me dicas importantíssimas para concretizar esse trabalho. Meu forte abraço, também, em Mariana Selister Gomes que acompanhou e torceu de perto pela tese.

Aos irmãos, desde a primeira hora, Gleiciani Fernandes, Max Ruben Ramos, Carla Ventura e Gabriela Melo um beijo e um abraço apertadíssimo pelo companheirismo e pelo cuidado fraternal durante todo esse percurso.

Ao Doutor Marcelo Camerlo pela ajuda académica e preocupação em forma de irmão mais velho.

Ao Senhores Carlos Simões, Jorge Silva, José Santos, Francisco Barradas e a Dr^a Ana Paula Dias pela gentileza e alegria.

Beijinho grande na rápida e solidária Margarida Bernardo, sempre pronta a ajudar com enorme simpatia.

Ao generoso André Teles Guedes pela amizade e pontes estabelecidas com o Brasil.

À Joseli Moraes pelas divertidas conversas e por não ter deixado faltar sorvete na minha geladeira.

Ao Álvaro Esteves e à Patrícia Calca pelos bons momentos em que estivemos juntos nas actividades da Associação Académica.

À Irene Rodrigues, Madalena Rolim, Rita Gouveia e Patrícia Dias da Silva sempre dispostas a ajudar na revisão e formatação de textos e projectos.

À Simone Frangella e Aline Afonso pelo encorajamento durante todo esse processo.

Índice

Introdução.....	8
Capítulo I – Marco Teórico.....	12
1.1. Política Comparada.....	12
1.2. Populismo.....	13
1.2.1. Definições de Populismo.....	13
1.2.2. Populismo é coisa nossa.....	16
1.2.3. A Chegada aos Andes	19
1.2.4. Fim da “Venezuela Saudita”.....	20
1.2.5. Primeiro Soldado.....	23
1.2.6. Quando “Eles” se encontram.....	23
Capítulo II – A Construção do Inimigo	25
2. Precisa-se de um inimigo, Urgente!	25
2.1. Instituições e Partidos: Invente os seus!	26
2.1.2. Yankee go home!	29
2.2. Segurança Democrática.....	32
2.2.1. De político tradicional a <i>outsider</i>	32
2.2.2. Criminalização da oposição	35
2.2.3. Violência e Estado andaram juntos desde os primórdios	36
2.3. Cada um com seu inimigo	39
Capítulo III – Populistas Referendados?	42
3. “Os novos Estados da América Latina precisam de Reis com título de presidente”: o percurso para a reeleição indefinida	42
3.1. Concentração de Poder Venezuelana	45
3.1.1. “uh, ah Chávez no se vá!”.....	46
3.1.2. «Maioria Evidente» concorda e levanta a mão!!	48
3.1.3. O Tribunal venezuelano vota «por um bom governo»	49
3.2. Concentração de Poder Colombiano	50
3.2.1. Base de Apoio	52
3.2.2. Congresso Colombiano	53
3.2.3. “Desculpe lá seu Presidente”	56
3.3. “Distintos, pero iguales”	58
Conclusão.....	62
Bibliografia.....	69

Introdução

O surgimento dos Novos Populistas na América Latina é um dos fenómenos políticos mais importantes da actualidade na América Latina. O populismo na Região Andina aparece tanto no espectro da esquerda, nomeadamente, no caso de Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), como também no lado da direita, com Álvaro Uribe, presidente da Colômbia. Politicamente, a situação também é inédita, dado que todos os governos sul-americanos são o resultado de eleições livres e democráticas, marcadas por uma ampla participação popular e pelo surgimento de novos personagens na cena política continental (Garcia, 2008:80).

Se considerarmos a proporção da investigação do populismo incidente entre o Bloco Boliviano - capitaneado por Chávez, e o estudo do caso colombiano, verificamos que o número de pesquisas é relativamente assimétrico, pois tem sido dada mais atenção ao primeiro grupo. Por esta relação disforme entre as análises dos populistas de direita e esquerda, parece-nos importante trazer para o debate académico estes tipos de «democracias delegativas»¹ as quais, não sendo democracias consolidadas nem institucionalizadas, podem ser duradouras (O'Donnell, 1996).

A nossa tentativa será a de contribuir para as actuais análises sobre os governos populistas da América Latina, levando em consideração os factores da delimitação ideológica dos líderes. Como o populismo pode ser semelhante ao deus Jano, uma criatura de duas caras: tanto pode ser de esquerda como de direita,² então, vamos comparar dois líderes situados nos extremos dos dois campos políticos, respectivamente, o líder do auto denominado Movimento Bolivarianista - Hugo Chávez, e o único representante do conservadorismo - Álvaro Uribe. Vamos analisar o início do mandato dos dois chefes de Estado até o fim do processo de tentativa do referendo de reeleição indefinida tentada por ambos (Chávez: 1999-2009; Uribe 2002-2010). Iremos recorrer à literatura científica sobre o populismo e aos periódicos para analisar acções que nos permitam detectar aproximações ou diferenças entre esses dois líderes de massa. “Entre o populismo de esquerda e de direita existe uma nebulosa terra de

¹ O'Donnell, Guillermo, *Delegative Democracy?*, Kellogg Institute, March, 1996.

² Beasley-Murray, Jon; Cameron, Maxweel e Hershberg, Eric, cit. in López, Colômbia y Venezuela: ¿democracias delegativas o autoritarismos competitivos?, *Nueva Sociedad*, Nº 227, p. 26.

ninguém que pode ser cruzada – e tem sido cruzada – em muitas direcções” (Laclau, 2007:115).

O contributo do filósofo Ernesto Laclau será imprescindível pela análise detalhada acerca da formação do populismo, e porque aponta como necessário para a sobrevivência deste movimento a criação de um inimigo, ponto que será um dos nossos *frameworks* da tese. Como essa identidade do inimigo é cada vez mais dependente da construção política, no cenário particularmente maniqueísta do populismo, encontra-se o inimigo cristalizado no regime, na oligarquia e nos grupos dominantes, em contraposição aos oprimidos, denominados de ‘povo’, nação ou maioria silenciosa (*Ídem*:114). Em virtude destas lideranças procurarem legitimar as suas acções através da sobrevalorização da relação «líder-povo», além de Laclau, usaremos os trabalhos de Guillermo O’Donnell, pela atenção dada a outras formas de institucionalização democráticas, por exemplo, o uso abusivo de referendos e plebiscitos³. De acordo com este conceito, o congresso, os tribunais e as agências estatais são agravantes que impedem o apropriado desempenho das tarefas que têm sido delegadas ao executivo pelo eleitorado (O’Donnell, 1996:240).

Portanto este trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, iremos proceder a uma incursão teórica sobre a esquerda e a direita na América Latina. Ainda nesta parte, mostraremos como o populismo sempre esteve latente ao longo da história latino-americana. Para finalizar esta secção, verificaremos que, no período das eleições, quando acontece a ascensão de nacionalistas de esquerda também chega ao poder o representante da direita, Álvaro Uribe - menos falado, mas nem por isso menos importante para a comparação estabelecida aqui.

Na sequência desta etapa, iremos comparar os dois presidentes a partir da análise sobre o modo como eles criam os seus inimigos, o que se constitui como peça fundamental na definição do populismo. Chávez tenta consolidar um antagonismo externo (o imperialismo norte-americano) e outro interno (a elite venezuelana). O presidente venezuelano faz também uma construção emotiva a ser reconhecida: a identificação de um inimigo que se deve derrotar. Não é simplesmente uma

³ No terceiro capítulo deste trabalho iremos analisar o processo do referendo que os líderes tentaram aprovar para concorrerem a segunda reeleição.

característica de sua formação militar, mas antes uma estratégia argumentativa que lhe permite despertar e fortificar um vínculo com os interpelados. Em determinado momento foi a figura de George W. Bush que conformava toda a maldade e perversidade. Para Chávez o mal é concreto, tem nome. O adversário do ‘chavismo’ é sempre tratado de forma hostil e ganha adjetivos, como quando se referia ao ex-mandatário dos EUA – o Presidente Bush.

Por sua vez, Uribe, através da criminalização da guerrilha, encontrou nas FARC o vilão ideal a ser enfrentado pela nação. Toda a política de segurança e defesa parte de uma definição sobre as principais ameaças e riscos que tem a sociedade em um determinado momento, e a estes desafios a política do líder colombiano buscava dar respostas. A estratégia do governo de Uribe destaca algumas ameaças: terrorismo, tráfico de armas, munições e explosivos, sequestros, extorsões e homicídio. Concretamente, seus perigos são quatro: terrorismo, delinquência e potenciais ameaças externas; os demais são seus efeitos. Ainda que haja no populismo o interesse de dar relevância as consequências e nessa medida classificá-las como prioritária, essa mistura pode comprometer a clareza, precisão e seriedade da política (Velásquez, 2004:86).

Por último, no terceiro capítulo poderemos aferir até onde o alto grau de legitimidade, obtido verticalmente nas urnas, se traduz em apoio durante o mandato. Seguiremos o percurso dos dois presidentes na tentativa de mudar a constituição, sendo que o ponto que mais relevante o da implementação da reeleição indefinida. Neste estudo de caso, interessa compreender, não só, a relação «líder-povo» como também a interação com os agentes de vetos institucionais e partidários.

“Ao contrário do que faziam os velhos totalitarismos, eles instrumentalizam as vias democráticas para conservarem o poder. O problema reside na transformação discursiva dos componentes democráticos impetrados pelo líder populista, o qual esquece, na maioria das ocasiões, a pluralidade das instituições, ao passo que bloqueia aqueles que se encontram na oposição ou pesam distintamente do seu projecto político” (Freidenberg, 2007: 265).

Quando Chávez ganhou as eleições de 1999 e obteve maioria no Congresso Nacional, iniciou-se um conflito com o próprio poder legislativo e os outros poderes do Estado. Assim, em Dezembro de 1999 realizou-se um referendo para aprovar uma nova constituição, e logo houve a dissolução do Congresso da República, o Conselho Judiciário, a Corte Suprema e as Assembleias Legislativas (Tanaka, 2001:35). Por seu

turno, Uribe usa o seu discurso contra a politicagem, e o terrorismo como pretexto para passar por cima do Congresso, dos partidos, e usa sindicatos e organizações civis para agir verticalmente nos conselhos comunais e na democracia directa (De la Torre:2010). A comparação, enfim, irá possibilitar-nos verificar quais os elementos que distinguem, ou assemelham, um populista de esquerda de outro direita. Além disso, poderemos medir até onde o voto de venezuelanos e colombianos, e as instituições dos países em questão, permitem a Chávez e Uribe executarem suas políticas com «super-poderes».

Pretende-se, desta forma, contribuir para o estudo sobre o populismo na América Latina, a partir destes dois casos em questão. A análise dos factores internos e externos destes dois casos permitirá verificar as principais características de ambos e que, por fim, permitirá, reitera-se, uma análise relevante sobre os governos de Chávez e Uribe.

Capítulo I

1. Enquadramento teórico

1.1. Política Comparada

Os estudos de política comparada são de grande importância para a Ciência Política contemporânea, principalmente a partir do trabalho basilar de Arend Lijphart: *Comparative Politics and the Comparative Method*, de 1971. Com referência a este se pode destacar que esta tese se insere na 4ª categoria exposta – *Theory-confirming case studies*, pois trata-se de um estudo comparativo de 2 casos, em que se pretende confirmar alguns aspectos da teoria acerca do populismo na Região Andina.

Para tentarmos identificar possíveis semelhanças e/ou diferenças entre o populismo de direita e de esquerda, tomamos para análise países com histórias partidárias, institucionais, com estruturas sociais e vivências democráticas passíveis de comparação. O percurso histórico desses dois países tem dinâmicas muito parecidas, conforme refere Marcelo Coutinho:

“A Colômbia, e sobretudo, a Venezuela foram por muito tempo tidas como modelos de democracia estável na América do Sul. Mesmo que estes países não fossem tão democráticos como se imaginava, ao menos destoavam dos regimes militares espalhados à época pela região” (Coutinho, 2006:815).

Com o passar do tempo, a elite partidária e as instituições desses dois países desgastaram-se na medida em que não representavam mais as demandas da maioria da população. Esse desgaste foi gerador de um panorama de crise dos partidos tradicionais, e de uma cisão nacional paralelamente conflituosa, com diferenças marcantes de natureza, grau e historicidade. (*Idem*, 2006:818).

A comparação entre países aparentemente homogêneos é importante para explicar diferenças e semelhanças (Sartori, 1994). Nesse sentido, é importante trazer a lume os casos de Venezuela e Colômbia que são países que fazem parte da América

Latina e da Região Andina (Carreño, 2009:18). Como afirma Carreño (2009), desde o século XIX são repúblicas e, desde a metade do século XX, regimes poliárquicos⁴.

A comparação política entre os dois países se refere ao período recente da história política de Colômbia e Venezuela, pois o nosso enfoque analítico recai sobre o populismo recente de Hugo Chávez e Álvaro Uribe. Desde os anos 50, Colômbia e Venezuela registaram democracias iniciadas em dois pactos elitistas separados. A Frente Nacional no primeiro caso e o Ponto Fijo no segundo, quando surgiram às «democracias pactadas» na região. Este esquema rompeu-se nos anos 90: no caso Colômbia pelo descontentamento da população frente a incapacidade do Estado em pôr fim ao conflito armado; na Venezuela, pela corrupção que acompanhou o giro neoliberal. Hoje ambos os países se situam numa zona cinza entre a democracia delegativa e o autoritarismo competitivo. Por diferentes motivos, encontram-se distantes dos parâmetros da democracia liberal (López, 2010:20).

Ainda como forma de evidenciar a possibilidade de comparação entre estes dois países, referimo-nos ao conjunto de trabalhos de política comparada que abordam os países andinos, em especial, a comparação entre Colômbia e Venezuela. Como, por exemplo, Coutinho (2006a, 2006b); Carreño (2009); De la Torre (2001); López (2010); Patiño (2009); Moreira (2008); Freidenberg (2007); Alcântara e Freidenberg (2003); Vilas et al (2003); Tanaka (2001).

1.2. Populismo

1.2.1. Definições de Populismo

A definição do populismo é controversa na medida em que o seu conceito já foi amplamente estudado, e analisado de diversas ópticas: económica, étnica, e concentração do poder por um líder. Como também grande parte dos autores o vê como oposição aos movimentos políticos institucionais, relegando-o, a partida, a uma lógica pejorativa ou exótica.

⁴ Nota-se aqui referência a obra *Poliarquia: Participação e Oposição*, de Robert Dahl (2005).

“elaborar a definição de um conceito é uma das tarefas mais complexas, mas também das mais importantes das Ciências Sociais. Consiste em estabelecer o modo em que o término descreve o abstracto, de maneira suficientemente ampla como para abarcar realidades diversas, ao mesmo tempo que é capaz de dotar-se de um claro referente empírico e ser capaz de descrever o concreto” (Freidenberg, 2007:19).

Além das dificuldades de definição conceptual do populismo há, pelo menos, seis problemas adicionais que dificultam essa tarefa: 1) ambiguidade, 2) vagueza, 3) obstáculo do conhecimento geral, 4) estiramento conceitual, 5) o nível de generalização que se pretende alcançar com o seu uso 6) e o prejuízo dos seus observadores – a dificuldade em separar a opinião do observador da explicação do fenómeno. (*Idem*:19-21). Como forma de minimizar alguns desses problemas utilizar-se-á os trabalhos de Laclau (2007), Freidenberg (2007), Weyland (2001), Schmitter (2006).

Assim, para Laclau (2007) o populismo não é um movimento - identificado com uma base social especial ou com uma determinada identificação ideológica – mas uma «lógica política». Ele entende o populismo como lógicas sociais que envolvem um sistema raro de enunciações, ou melhor, um sistema de regras que traçam um horizonte dentro do qual alguns objectos são representáveis, enquanto outros são excluídos. Segundo o filósofo argentino, há três pré-condições para o surgimento do populismo. Em primeiro lugar, é a separação entre “*povo*” e *poder*. Depois, a articulação de demandas entre a população redonda na união e a solidariedade entre excluídos. E, por último, é necessário atribuir um significado a esta união. (*Idem*, 2007:99). O populismo segundo o autor se enquadra na lógica da equivalência, por exemplo, quando a sociedade reclama o sistema de saúde, a moradia ou as cestas básicas, mas não é atendida, a relação de equivalência entre essas demandas heterogêneas começam a funcionar como elo de identidades comuns. Quando o sistema institucional não consegue canalizar estas demandas, surgem símbolos idênticos, e logo um líder que desafia os insatisfeitos a unirem-se por estas causas. (Laclau, cit. in Natanson, 2008:213). Esta definição é útil para identificarmos o que confere o sentido de união em ambos os casos a serem analisados.

Em contraste com a definição de Laclau, surge a posição de Schmitter. Para este autor o populismo é um movimento político que encontra o seu suporte através, ou com,

as linhas de clivagens que são incorporadas a formações políticas existentes, e que é focada na pessoa do seu líder cujo chamado para solucionar o pacote de tarefas anteriormente inacessível, incompatível. Adiciona ainda a preferência pelo termo no plural devido à característica do fenómeno do populismo, pois, segundo ainda a caracterização desse autor, o populismo pode ser civil ou militar, progressista ou regressista, de esquerda ou de direita, rural ou urbano, étno-religioso ou secular, burguês, proletário ou camponês, eleitoral ou insurreccional, de direita ou de esquerda Schmitter (2006).

Ao tentar ainda redefinir e clarificar o conceito baseado nos estudos sobre o populismo da política latino-americana, Kurt Weyland (2001) prefere uma definição estritamente política, ou seja, o populismo enquanto uma estratégia política.

“Populism is best defined as a political strategy. Political strategies are characterized by the power capability that types of rulers use to sustain themselves politically. Under populism the ruler is an individual, personalistic leader, not a group organization. Populism rests on the power capability of numbers, not special weight. Populism emerges when personalistic leaders base their ruler on massive yet mostly uninstitutionalized support from large numbers of people” (*Idem*:2001).

Por fim, adiciona-se a estas três breves definições conceptuais de populismo, a mais recente delas propostas por Flavia Freidenberg que considera o populismo como um estilo de liderança.

“Caracterizado pela relação directa, carismática, personalista e paternalista entre líder-seguidor, que não reconhece mediações organizativas ou institucionais, que fala em nome do povo e potencia a oposição deste «aos outros», onde os seguidores estão convencidos das qualidades extraordinárias do líder e crêem que graças a elas, os métodos redistributivos e/ou o intercâmbio clientelar que tem com o líder (tanto material como simbólico), conseguirão melhorar a sua situação pessoal ou do seu entorno” (Freidenberg, 2007:19).

Ante a ampla variedade de conceitos e falta de consenso para enquadrar o conceito de populismo, vamos considerar todas as contribuições dos autores supracitados, tendo em vista que para a análise dos nossos casos não podemos desprezar o contributo desses estudiosos que discordam em alguns pontos; mas não se excluem no todo. Essa perspectiva é a mais viável, porque, mesmo tendo uma análise de «pequeno N», quando se trata de populismo se tivermos um maior número de análises teóricas podemos cercar melhor os casos estudados.

1.2.2. Populismo é coisa nossa!

O populismo é um movimento segundo Freidenberg (2007) ou estilo de liderança política sempre associados à América Latina. O interessante é como um movimento, que é mais uma regra do que uma excepção, possa causar estranheza em:

“boa parte dos estudiosos os quais não podem entendê-lo como um fantasma que vai e vem, que desaparece e regressa quando menos se espera. O populismo está presente de maneira permanente na região, já que faz parte da política de sectores maioritários, que em cada momento histórico tem buscado melhorar a situação em que vivem” (Idem:14).

Se fizermos uma regressão histórica, vamos perceber que o único momento em que a Região se viu livre do populismo foi durante o período dos regimes militares quando quase todos os países latino-americanos estavam sob a tutela dos generais. Apesar das diferenças formais, este fenómeno não é novo na região, e talvez não seja homogéneo, mas antes endémico, como afirma Malamud (2008:129).

Se o populismo fosse uma pessoa diria: *falem mal ou bem o importante é que fale de mim*. Como todo fenómeno complexo – e não há regime social ou político que não seja – o populismo tem dimensões e ingredientes políticos, ideológicos, discursivos e estruturais, estilos de liderança, etc. que possivelmente não foram originais em si mesmos ou isoladamente considerados, mas cuja peculiar combinação deu origem a novos traços e definiu a caracterização específica do conjunto (Vilas, 2003:16). Ele tem sido uma força fundamental na democratização da América Latina e na incorporação simbólica e afectiva de sectores que se encontravam excluídos tanto política como economicamente. As primeiras manifestações populistas impulsionaram as primeiras aberturas de regimes oligárquicos que não permitiam (ou limitavam) a participação de sectores médios e pobres da sociedade América Latina (Freidenberg, 2007:9).

O Populismo Clássico floresce entre as décadas de 30 e 50 com nomes políticos que marcaram a política no continente, tais como Lázaro Cardenas, no México, Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Perón, na Argentina. A ascensão destes líderes ocorreu num processo de profunda transformação social e económica das sociedades latino-americanas, caracterizado como uma resposta ao momento de industrialização, diferenciação social e urbanização. O que potencializou as demandas dos sectores

excluídos e levou as elites a perceberem que neste contexto os riscos da sua inclusão eram menores do que a sua exclusão forçada. “Neste cenário de mudança deu-se uma crise de adaptação do sistema de partidos, o que conduziu a uma ampliação da representação em termos de sufrágio efectivo e da inclusão política de sectores marginalizados nos processos de tomada de decisões” (*Idem*, 2007:54). A dimensão simbólica da sociedade, os critérios valorativos, os padrões de prestígio, a linguagem cotidiana, a dinâmica da vida diária das pessoas comuns, expressou rapidamente a magnitude e os alcances daquelas mudanças. Sociedades até então fortemente estratificadas experimentaram o impacto de uma ampla e rápida ‘plebeização’ conforme Vilas (2003:14).

Nos anos 90, o termo populista aparece com o prefixo «neo» para explicar as diferentes alianças de classe e políticas estatais resultantes da articulação entre as novas experiências e as clássicas. Ao reintroduzir-se o conceito reapareceram os velhos problemas não resolvidos dos debates anteriores. É assim que surgem novamente noções problemáticas como as de «crise» e de «massas disponíveis» como marcos explicativos dos novos populismos.

“A crise do estado oligárquico e do modelo de desenvolvimento agro-exportador nos anos 30, a crise do modelo de substituição de importações e a crise da dívida externa e a globalização da economia nos anos 80 e 90 estão certamente relacionadas com os sentimentos de insegurança e exclusão do eleitorado, utilizados pelos líderes populistas para ganhar eleições” (De la Torre, 2001:175).

A hipótese de um neo-populismo latino-americano também está directamente ligada com a caracterização dos processos chamados de ‘transição democrática’, por grande parte da literatura e as suas dificuldades para conceituar adequadamente a relação entre organização sócio-económica, processos políticos e matrizes institucionais (Vilas, 2003:14). Alguns desses líderes estavam associados a velhas estruturas partidárias, como era o caso de Carlos Menem e Abdalá Bucaram, ou então eram *outsiders* como Alberto Fujimori e Fernando Collor de Melo. Esses líderes, populistas e personalistas, foram caracterizados por reivindicar o mandato ao ‘povo’, mas determinaram o conteúdo deste mandato a sua própria vontade: andar de mãos dadas com as reformas neo-liberais.

“São presidentes que adaptaram o populismo a era neo-liberal, sustentando-se sobre os seus carismas e baseando seus governos num extenso e desorganizado apoio de massas, uma conexão de mais apoio plebiscitário do que de representação liberal” (Weyland, 2004: 149-150).

E, finalmente, temos as expressões contemporâneas do populismo, sobretudo na Região Andina onde hoje a Venezuela, a Bolívia, o Equador, a Colômbia e o Perú estão sob o comando de líderes considerados pelos estudiosos de populistas. Na Região Andina esta importância pode ser reflectida no papel dos novos líderes que têm aparecido recentemente no panorama político, como, por exemplo: Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa e Álvaro Uribe e Alan Garcia. Esses presidentes chegaram ao poder num contexto crítico, com uma grande legitimidade, baseada fundamentalmente pela grande quantidade de votos, com as promessas de transformar as instituições, alguns chegando mesmo a propor refundar a vida política do país. O panorama de crise que enseja a chegada desses líderes populistas está sem dúvida associada: a fragmentação de sectores de interesses organizados, a extrema instabilidade dos mercados financeiros, a complexa implicação dos conflitos sectoriais, e as crescentes dificuldades que o Estado encontrava para prover bens e serviços aos quais se soma o considerável deficit das jovens instituições republicanas para dar uma rápida resposta a estes problemas.

É interessante notar que se trata de um duplo processo de desarticulação. Desarticulação em cima do sistema político, crise dos partidos e das instituições de governo. E, sobretudo, desarticulação dos actores organizados da sociedade, na base como explica Novaro (1996:94). Isso é o que acontece em particular na Região Andina onde vamos nos deter aos casos venezuelanos e colombiano com vistas a abordar o populismo no espectro esquerda-direita.

1.2.3. A chegada aos Andes

Esses novos líderes canalizaram o cansaço dos cidadãos a respeito da classe política e dos partidos tradicionais e apresentaram-se como alternativa, manejando um discurso anti-político no qual os políticos e partidos são identificados como os responsáveis pela desigualdade social, a precária situação económica e a instabilidade política que tem caracterizado os países andinos (Rincón, 2009:2).

Alguns tentam explicar a liderança populista com o argumento simplista de que se trata de um sujeito dotado de carisma e de um discurso articulado. Contudo, esse líder teve a capacidade de distinguir o momento histórico da nação, promovendo a unidade em torno de ideias capazes de substituir o vácuo deixado pelo Estado. Neste sentido, o populismo não é um conteúdo específico ou um programa, mas antes uma maneira de pensar as identidades sociais, um modo de articular as demandas dispersas (Laclau, cit. *in* Natanson, 2008:213).

Num contexto de crise, a população procura soluções onde a ideologia pouco importa. O facto de o critério que estabelece a distinção entre direita e esquerda ser diferente do que estabelece a distinção entre extremistas e moderados implica que ideologias opostas possam encontrar pontos de convergência e de acordo nas suas franjas extremas (Bobbio, 1994:44). Na Região Andina, a Venezuela de Chávez e a Colômbia de Uribe são exemplos desse cheque em branco assinado pelos eleitores, é nominal ao governante, ao que Guillermo O'Donnell chama de Democracia Delegativa.

1.2.4. Fim da “Venezuela Saudita”

Durante quatro décadas (1958-1998), a Venezuela conseguiu manter-se longe dos golpes militares, insatisfações sociais e governos populistas. Durante todo este período de bonança, o petróleo foi responsável pela melhoria dos indicadores sociais e dava um tom pacífico à política. O progresso conseguido através da sua única riqueza natural gerou uma crescente classe média capaz de diluir as divisões de classe e quase fazê-las desaparecer. Talvez por isso quando começaram as insatisfações, os venezuelanos não puderam responsabilizar a crise a um golpe militar, nem a um caudilho ou uma invasão estrangeira. Desse modo, apontaram como principal causa do colapso económico a democracia consensual vigente até ao momento, apelando para uma mudança abrupta de orientação política. É assim que começa a história da ascensão de Chávez e a história do fim, lento e denso, da ilusão de prosperidade eterna da Venezuela Saudita (Natanson, 2008:27).

Antes da ascensão de Chávez, os partidos funcionavam bem num sistema de bipartidos não polarizado. Isso foi possível graças ao Pacto de Ponto Fijo firmado entre as forças político-eleitorais (AD, COPEI e URD) em finais dos anos 40:

“Por este pacto se comprometiam a competir dentro das regras do jogo democrático, a entrarem num governo de coalizão independente dos resultados eleitorais, e a administrarem o governo com base em um programa previamente acordado” (Alcántara e Freidenberg, 2003: 490).

A alta institucionalização partidária era um antídoto contra golpes militares. De facto, a moderação entre os principais partidos seria, à luz das teorias sobre sistema de partidos, um factor importante para que a democracia resistisse a várias tentativas de golpe, protagonizadas tanto pela direita militar como pela esquerda marxista. Este período compreende as eleições de 1973 até as de 1988. Entretanto, no começo da década de 90 a política venezuelana ganha uma marca crescente de personalização seja a nível nacional ou regional, que tem como consequência: 1) a decomposição da lealdade aos partidos tradicionais, causada por seus erros, pela corrupção, pela incapacidade de afrontar as crises económicas, 2) A reforma institucional venezuelana que estabeleceu eleições directas de governadores e prefeitos, propiciando, assim, o

surgimento de novos líderes nacionais e regionais. Chávez, por exemplo, teve abrigo no MVR, a sigla com seus dirigentes provincianos foi fundamental para a vitória do presidente venezuelano (*Idem*: 494).

Além do desintegração do sistema partidário, a Venezuela enfrenta uma sucessão de presidentes, que desde os anos 80 não lograram êxito em sanar uma macroeconomia desequilibrada pelo esgotamento do modelo de substituição de importações e o gasto fiscal. Primeiro, Luís Herrera Campins não conseguiu conter a inflação com os seus planos ortodoxos. Depois, Carlos André Pérez assumiu o poder com a promessa de abandonar os ajustes e fazer um governo com a mesma desenvoltura do seu último mandato de 15 anos atrás. Entretanto, ao assumir o cargo desfaz-se de imediato das suas promessas de campanha. Pérez anuncia um pacote de medidas tomadas juntas ao FMI na mais pura lógica neoliberal. (Natanson, 2008:27).

O “paquetazo”, como ficou conhecido o anúncio do acordo com o Fundo Monetário Internacional, desencadeou uma série de manifestações populares nas ruas da capital venezuelana. Esses protestos ficaram conhecidos como “Caracazo”, cujo saldo foi a morte (oficial) de trezentas pessoas, e (extra-oficialmente) mais de mil civis teriam sido assassinados pela polícia. Como a guerra das Malvinas com os argentinos, o “Caracazo” pôs os venezuelanos diante da dramática evidência de que seu país era latino-americano, e que o paraíso em que muitos acreditavam não existia mais (*idem*, 2008:28).

Neste cenário, no dia 4 de Fevereiro de 1992, Chávez tentou, sem sucesso, tomar o poder através de um golpe. As tropas rebeldes não conseguiram ter Caracas sobre controlo, e não conseguiram levar a população às ruas. Diante dos planos falhados Chávez aceita a rendição.

“O que se passa é que ele é muitas coisas de uma só vez. É um militar, ninguém pode negar. É um nacionalista, um showman, mas, é sobre tudo um político. Pensa e actua politicamente – mede custos e benefícios. E nesse momento com Caracas perdida, deu-se conta que não tinha outra alternativa a não ser render-se. Quem sabe assim lhe restaria alguma chance. Os anos demonstrariam que não se equivocou.” (Petkoff, cit. *Idem*, 2008:213).

O Governo permitiu que Chávez fizesse, em directo, um apelo para que os insurgentes depusessem as armas, e chamou para si toda a responsabilidade do malogro da operação.

“Primeiro que nada, quero dar bom dia a todo o povo venezuelano, e esta mensagem bolivariana vai dirigida aos valentes soldados (...). Companheiros: lamentavelmente, por agora, os objectivos que traçamos não foram conseguidos na capital. Quer dizer, nós aqui em Caracas não conseguimos controlar o poder. Vocês fizeram muito bem por aí, mas é tempo de reflectirmos e virão novas situações em que o país terá que rumar definitivamente para um destino melhor. Então, ouçam minha palavra. Ouçam ao Comandante Chávez, que lança esta mensagem para que, por favor, reflectam e deponham as armas (...). Agradeço-lhes, agradeço-lhes a valentia, seus desprendimentos, e eu, ante o país e ante vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito Obrigado.” (Chavez, 4 de Fevereiro, de 1992).

Este depoimento foi visto por milhões de pessoas e repetido à exaustão no dia seguinte pelos meios de comunicação. A mensagem de pouquíssimos minutos foi muito bem conseguida por Chávez, o qual, depois de uma noite sem dormir, começa o seu discurso com um “bom dia a todo povo venezuelano”. Em seguida, duas ideias ficariam gravadas. A primeira, “assumo a responsabilidade”, soava como insólita em um país onde os políticos se esquivam do dever nos momentos críticos; a segunda, o famoso “por agora”, funcionaria como uma luz de esperança. Porque ainda que fosse um rotundo fracasso militar, o golpe constituiu uma grande vitória política (Natanson, 2008:33).

No final de 1997, nas vésperas da eleição mais acirrada do país, a queda do preço do petróleo anulou qualquer perspectiva de melhoria. A pobreza havia triplicado e atacava quase dois terços da população, mais de metade dos venezuelanos trabalhavam na informalidade e os índices de pobreza eram incontestáveis. É nesse ambiente de crise económica, política e social que Chávez se apresenta como candidato anti-sistémico. O descontentamento dos camponeses, da classe média baixa, e da população urbana pobre deu a Chávez no dia 6 de Dezembro de 1998 e uma rotunda vitória com 56% dos votos válidos. Chávez é o primeiro líder populista contemporâneo a chegar na Região Andina, com forte viés anti-sistémico, e nacionalista. O seu discurso sobre uma pátria socialista só acontece no decorrer do seu mandato, quando tem a necessidade de o fazer para se contrapor aos seus antecessores, ao inimigo imperialista e buscar aliados como Cuba.

1.2.5. Primeiro soldado

Na Colômbia, a sucessão de governos que não lograram resolver os problemas sociais, em especial o das guerrilhas, criou o vácuo onde se instalou o discurso “anti-politicagem” e da “segurança democrática” de Álvaro Uribe. Entre 1994 e 1998, o escândalo suscitado pela entrada de dinheiro do narcotráfico na campanha eleitoral de Ernesto Samper pôs a nação inteira, e não só o Estado, à beira de um colapso integral, político, diplomático, militar, económico e moral: o indício de que o presidente, ministros e numerosos dirigentes políticos estavam envolvidos com o financiamento do tráfico de drogas.

Diversas fontes dos EUA apelidaram a Colômbia como «narco-democracia», a Casa Branca promoveu o isolamento internacional do governo e reduziu os vínculos diplomáticos. A economia sofreu um estancamento que levou à primeira recessão em 70 anos. O novo presidente Andrés Pastrana foi recebido com euforia por amplos círculos sociais, os quais hoje o consideram como um presidente frívolo, ausente e sem liderança. “Ele não conseguiu alavancar a economia, o desemprego alcançou os 18%, a corrupção continuou sendo o pão de cada dia, e sobretudo, a malograda negociação com as FARC” (Restrepo, 2004:47).

A 26 de Maio de 2002, com 53% dos votos válidos, Álvaro Uribe Vélez foi eleito presidente. Uribe triunfa num contexto da sociedade colombiana através dos seguintes factores: 1) A ruptura das conversações entre o governo e guerrilha, com um discurso de «política de mão dura», em contraste com a política de Andrés Pastrana (quando ocorreram fracassadas negociações com as Farc). O programa de governo apresentado por Uribe durante a campanha eleitoral tinha a segurança como pilar fundamental, através de uma nova orientação no tratamento aos «inimigos internos». 2) Uma crescente perda de credibilidade na política e nos políticos diante da sociedade, expressada na percepção sobre a inutilidade do congresso e de outros corpos plurais de representação política, como também uma profunda desconfiança nos partidos políticos. 3) Uma economia em crise que não parecia encontrar o caminho para sair do ciclo recessivo e retomar uma dinâmica de crescimento sustentado. 4) Contexto internacional, caracterizado pela crescente globalização e unipolaridade, tendo como pólo hegemónico os EUA e sua agenda anti-terrorismo encontra lugar numa Região Andina em ebulição

por conta de sua instabilidade social, política e económica. 5) Um crescente autoritarismo interiorizado em importantes sectores da sociedade, que cria um entorno favorável a projectos político e militares contra-insurgentes no âmbito local, regional, e nacional, e que alimenta compartimentos excludentes e de tendência anti-democrática. (Hernández :2006; Velásquez :2004).

Uribe também surge como um candidato que iria combater a “politicagem” que tinha deteriorado o sistema partidário e político da Colômbia, contudo é a sua bandeira da «segurança democrática» que seria a política mais importante, a qual consistiria em acabar com a guerrilha e retomar os territórios ocupados pelos conflitos armados. Os avanços nessa área permitiram altos índices de aprovação popular ao seu governo. Uribe era um presidente com forte concentração de força executiva num país com instituições desacreditadas e fragmentadas, contexto que permitiu-lhe actuar no formato populista.

1.2.6. Quando “eles” se encontram

Em qualquer lado ideológico, o populismo pode actuar livremente. Assim, como o nosso intento é mostrar as semelhanças e diferenças entre os modos de governar de Chávez e Uribe, respectivamente, à esquerda e à direita, não podemos desprezar a definição que faz Norberto Bobbio sobre o espectro político e ideológico. E como os populistas aparecem sempre num contexto de crise, e procuram sempre manter um estado de radicalismo político dentro da sociedade, terminam algumas vezes assemelhando-se, independente da coloração ideológica.

“O facto de o critério que estabelece a distinção entre direita e esquerda ser diferente do que estabelece a distinção entre extremistas e moderados implica que ideologias opostas possam encontrar pontos de convergência e de acordo nas suas franjas extremas, embora permaneçam bem distintas quanto aos seus programas e aos seus objectivos últimos, de que depende apenas a sua colocação numa das partes da diáde ou na outra” (Bobbio, 1994:44).

Capítulo II

A construção do inimigo

2. Precisa-se de um inimigo urgente!

Neste capítulo vamos analisar de que forma Chávez e Uribe constroem seus inimigos. A identificação do mal a combater é fulcral para a manutenção do líder populista. Para estes dois presidentes, é fundamental fazer com que suas nações odeiem um país, uma elite ou um grupo. A proporção da rivalidade influencia directamente a popularidade e a aprovação dos discursos e políticas impetradas por esses líderes.

A crise social e a debilidade das instituições venezuelanas e colombianas tornaram viáveis a ascensão de Chávez e Uribe. Uma vez no poder, essas lideranças precisam manter sempre a sensação de que a maioria da população está em perigo. A presença de uma liderança de base personalista, directa e maniqueísta, que interpela os sectores populares enfatizando de maneira antagónica suas diferenças com outros grupos, rechaçando ou minimizando o papel das organizações sociais e políticas como agentes de intermediação, são a base do estilo de liderança populista (Freidenberg, 2007:245; Laclau: 2007).

Uribe e Chávez distinguem seus adversários e aliados através do critério dos que estão contra ou a seu favor. Para muitos colombianos e venezuelanos, a mesma história divide-se num antes e depois de um presidente que é percebido seja como redentor (pelos seguidores) ou demónio (pelos seus opositores) (Nasi, 2007:183). O fenómeno populista emerge e fortalece-se onde a preeminência das lógicas do cinismo e do inimigo se impõem, completa Leis (2008:36).

No caso venezuelano, Chávez, como um completo *outsider*⁵ na política, assegurou como seus inimigos toda elite político-partidária e económica do país. Agregou ao grupo de adversários os EUA acusando-os de serem cúmplices da degradação social da Venezuela.

⁵ Chávez até então nunca tinha concorrido a eleições.

Já Uribe veio de um partido tradicional, mas se transveste de *outsider* para galgar o poder. Ele busca seus inimigos dentro do próprio território nacional, os rivais do uribismo eram a politicagem e a guerrilha personalizada nas FARC.

2.1 Instituições e partidos: invente os seus! (Venezuela)

A natureza de confrontação discursiva que incita o povo contra outros grupos sociais, partidos e instituições, constitui uma das bases da experiência populista. Os fortes ataques de Chávez aos adversários, a identificação de sua liderança com os sectores populares e o permanente conflito com a oposição debilitada e desprestigiada têm funcionado como fontes de renovação de sua legitimidade, e concorrido para a construção litúrgica de fortalecimento dos laços entre líder e seguidores. (Freidenberg, 2007: 186-187).

O carácter *antiestablishment*, anti-gringo e anti-elitista de suas mensagens exaltam as virtudes desse “povo-vítima” contra uma oligarquia vilã. Chávez idealiza um passado onde o povo venezuelano é único, homogêneo, indivisível e fiador de todas as virtudes:

“Não nos querem. A oligarquia deprecia-nos. Sempre zombaram de nós”, tem reclamado insistentemente Chávez. Desde seu discurso centrado na diferença racial, a Venezuela passou a encontrar-se dividida em duas metades: uma com o imaginário ocidental e crioulo, e outra cheia de ancestrais mestiços e mulatos. O líder tem aproveitado os ressentimentos sociais, o racismo, e os prejuízos identitários, como também tem enfatizado as diferenças e as experiências de rejeição” (*idem*: 186-187).

Esse líder, como autêntico «outsider», nunca tinha exercido cargo algum, e até conseguir a presidência sua tentativa de ter alguma função política tinha sido através de um golpe. Como ele não tinha um passado político institucional, chega com um discurso muito maniqueísta propondo refundar a nação. Chávez criou seu próprio partido, o MVR (Movimento V República) para concorrer as eleições de 1998.

É interessante notar que o populismo vai moldando o seu discurso de acordo com a única finalidade de manutenção no poder. No caso do MVR, no início Chávez e sua sigla não se definem como um partido ideologicamente de esquerda. Aliás, o programa partidário tinha artigos bastante vagos e abrangentes: “O Movimento V

República é um movimento amplo, aberto e unitário, que defende os interesses do povo e da Nação Venezuelana»⁶. O estatuto apela a uma ideia de soberania popular absoluta para instaurar um poder constituinte impulsionador da defesa do Projecto V República, que é tornar-se a nova hegemonia política. As bases ideológicas iniciais de Chávez e seu MVR se encontram na denominada «árvore de três raízes⁷», que sintetiza as influências fundamentais do Movimento: Ezequiel Zamora, Simón Bolívar e Simón Rodríguez. Depois da sua reeleição em 2006, o MVR desaparece e dar lugar ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

O surgimento de Chávez, com forte vocação anti-partido, deixava em evidência a crise da “democracia *puntofijista*”⁸. O bipartidarismo engendrado em 1958 contribuiu para a estruturação de um sistema onde a Acção Democrática e o Comité de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) haviam concentrado entre 80 e 90% dos votos nas eleições presidenciais por mais de quatro décadas. O esmagador triunfo de Chávez foi uma resposta do massivo repúdio dos cidadãos à elite política, para além do desencanto com o modo que ela havia governado o país até o momento.

A vitória chavista nas eleições de 1998 foi uma espécie de voto de sanção, com o objectivo tanto de castigar o presidente cessante, Rafael Caldera (Projecto Venezuela), pela aplicação da neoliberal “Agenda Venezuela”, como a classe política no seu conjunto. A chegada de Chávez era também a “porta de saída” para uma população desencantada e exausta de episódios tragicamente marcantes como o já mencionado *Caracazo*.

Nestes tempos conturbados houve também duas tentativas de golpe de Estado em 1992. O congresso através do *impeachment* destituiu o então presidente Carlos Andrés Pérez, acusado de corrupção, e fraude eleitoral nas eleições presidenciais em 1993 e responsabilizando-o pela profunda crise económica pela qual atravessava o país (*idem*:179).

⁶ Acta constitutiva do MVR 1998. “Documentos Fundamentales II”.

⁷ MVR s/f El árbol de três raíces. Origen y fundamentos ideológicos y filosóficos del MVR: 13-19; Blanco Muñoz (1998:71).

⁸ AD, COPEI e URD firmam em 1958, antes das eleições deste ano, o chamado Pacto de *Puntofijo*. Neste acordo, comprometeram-se a competir dentro das regras do jogo democrático, e sempre governarem numa coalizão independente do resultado dos escrutínios. A gestão administrativa também era pré-estabelecida a cada pleito através de um Programa Mínimo de Governo.

Com a eleição de Chávez, rompia-se com a trajetória de “excepcionalidade” do caso venezuelano no contexto latino-americano, pois era considerado um país atípico, dada a sua condição de país petroleiro, e pelo modo em que havia estruturado sua relação com a sociedade, Estado, instituições e actores políticos. A Venezuela era sustentada pelo ingresso de uma rendimento de origem externa: capaz de conduzir e estruturar sua riqueza dotada de enormes recursos responsável pelo capital político daqueles que controlavam o Estado. Em 1999, sob o comando de Chávez a Venezuela dava início a um novo período de sua história sociopolítica, que podia ser traduzido pelo tom do discurso do mandatário no dia do seu empossamento:

“Juro diante de Deus, juro diante da pátria, juro diante do meu povo e diante desta moribunda constituição cumprir as transformações democráticas necessárias para que a República tenha uma nova constituição adequada aos novos tempos. Eu juro” (Extracto do discurso de posse, 1999)

Além da componente militarista, a liderança chavista tem-se caracterizado por um forte personalismo e uma clara tendência para a concentração do poder. Em toda a história venezuelana, nunca um partido tinha conseguido uma maioria tão importante num órgão legislativo e nunca uma agregação partidária havia dependido tanto de uma só pessoa. Estas características, juntamente com a violação constante do princípio da separação dos poderes (como a cessação da Corte Suprema de Justiça ao início de seu mandato ou a aprovação da “Ley Habilitante”⁹ em 2001 e em 2007) tende a definir-se como um caso de extrema delegação (O’Donnell, 1992 cit. *idem*:184).

Essas situações descrevem um governante que exerce uma forte concentração de poder, sendo as outras instituições do Estado complacentes com o poder do executivo, de modo que este não presta contas aos outros poderes, provocando a ausência de *accountability* horizontal (O’Donnell, 1997 cit. *idem*: 184). Esta posição tem sido clara na carta enviada a Corte Suprema de Justiça em Abril de 1999 após a sua remoção: “

⁹ A *Ley Habilitante* permite ao presidente governar por decreto. Os motivos alegados por Chávez era fortalecer o Estado e criar um novo marco social, mais próximo da necessidade da população; transformar o Estado de liberal burguês em socialista; fortalecer a soberania energética; melhorar as condições dos cidadãos; fortalecer o sistema de saúde e de segurança social; fomentar o modelo económico socialista; fortalecer o sistema monetário nacional; proteger os direitos dos camponeses sobre a terra; desenvolver a propriedade social; democratizar o sistema de transporte e de comunicação terrestre (<http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/conozca-los-detalles-de-una-ley-habilitante/>).

devo confirmar ante a Honorabilíssima Corte Suprema de Justiça o princípio de exclusividade presidencial na condução do estado”. (EL Nacional, Caracas, 14/04/99).

A concentração de poder na figura do líder máximo é realmente impressionante. Além do governo, Chávez controlou durante quatro anos, entre 2005 e 2008, a totalidade da assembleia legislativa, integrada exclusivamente pelos seus partidários assim que a oposição decidiu não se apresentar nas eleições parlamentares, numa absurda tentativa destinada a tirar legitimidade internacional ao regime, mas só contribuiu para fortalecê-lo. Isto demonstra que o hiper-presidencialismo venezuelano é resultado tanto das ambições de Chávez como dos erros da oposição.

Não satisfeito em tutelar a Assembleia Nacional Chávez partiu para o controle judiciário, em Dezembro de 2004 o Supremo Tribunal de Justiça foi ampliado de vinte para trinta membros e completado com deputados e militares.

“Nós não vamos fazer um golo-contrá”, admitiu – o titular do Comité de Postulações da Assembleia Legislativa, o militar reformado Pedro Carreño, quando a imprensa questionou os nomes elegidos” (Natanson, 2008:184)

Natanson chama a democracia venezuelana de verde (oliva) porque, desde que chegou ao governo, Chávez designou a militares colocados em diferentes postos chaves: ministros, vice-ministros, juízes do Supremo Tribunal, governadores, prefeitos, legisladores, encarregados da política social e até o reitor da universidade favorita do governo: a Universidade Bolivariana (*idem*:184).

2.1.2. Yankee go home! EUA: uma relação de amor (económico) e ódio (político).

A Venezuela não tem o poder de um país desenvolvido, muito menos possui capacidade militar para buscar protagonismo a ponto de exercer algum tipo de liderança mundial. Não obstante, procurou ter protagonismo regional, defendendo que os países vizinhos unificassem a luta contra o imperialismo norte - americano. Todavia, tem recursos naturais e vontade política (Romero, 2006: 79), motivos que marcam a contenda com os EUA amplificados no discurso beligerante e exagerado de Chávez, em parte como forma de deixar sempre vivo a presença de um inimigo.

De facto, as relações com os Estados Unidos não têm sido fáceis. Desde que Chávez apresentou sua candidatura presidencial, Washington manteve uma atitude hostil e crítica, ao ponto de negar visto para visitas ao país.

“Mas isto não significa que o discurso do líder populista sempre tenha sido o mesmo ou se tenha mostrado crítico com a mesma intensidade. Nos primeiros anos, quando o inimigo a vencer estava encarnado na oligarquia nacional, o discurso sobre os agentes externos eram mais suaves. Mas com o tempo se foi endurecendo e na actualidade o anti-imperialismo yankee é parte constitutiva de sua briga política” (Freidenberg, 2007: 188-189).

Chávez tem aproveitado o debate político - ideológico com os EUA para manter viva a ideia de que os americanos querem ingerir nos assuntos nacionais e do continente latino-americano. Ele aproveita-se do imaginário ainda vivo da grande dependência que o continente já teve dos americanos, remanescente dos movimentos revolucionários dos anos 60 e tem-se abertamente oposto aos EUA (Lagos, 2006:96). Ele soube aproveitar bem o período de grande antipatia internacional do ex-presidente americano Bush, como pôde ser visto num discurso proferido nas ONU:

“Ontem estive o diabo aqui, neste mesmo lugar. Ainda tem cheiro de enxofre esta mesa onde me cabe falar! Ontem, senhoras, senhores, nesta mesma tribuna o senhor Presidente dos Estados Unidos, a quem eu chamo "o diabo", veio aqui falando como dono do mundo, como dono do mundo. Um psiquiatra não seria demais para analisar o discurso de ontem do Presidente dos Estados Unidos. Como porta-voz do imperialismo, veio dar suas receitas para tratar de manter o actual esquema de dominação, de exploração e de saque dos povos do mundo. Para um filme de Alfred Hitchcock, estaria bom; inclusive eu proporia um título: "A receita do diabo".” (Discurso de Chavez, Sede das Nações Unidas, Nova York, 20/09/2006)

A relação bilateral ente os dois países sempre foi cordial. Em verdade, as desavenças entre as duas nações são acentuadas com a chegada de Chávez. Além disso, o petróleo venezuelano tinha perdido importância, em virtude da recomposição dos EUA com os países árabes após a queda do Muro de Berlim (Romero, 2006: 80).

O objectivo de Chávez é converter-se num líder mundial contra os EUA. Ele não tem cessado tentativas de se vincular aos países menos apreciados por Washington. Durante Agosto e Setembro de 2006, devido as suas viagens à Bielorrússia, Rússia, Vietname, China, Malásia, Angola, Síria e Irão, tinham a intenção de procurar

inversões, comprar armamentos e faziam parte de sua estratégia para somar votos com o objectivo de que a Venezuela fosse eleita para integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas (Freidenberg, 2007: 190). O governo venezuelano tem desenvolvido uma posição estratégica diferente da estadunidense, o que pode definir-se como um choque de duas culturas distintas, baseadas em premissas dicotómicas: com a busca de um mundo multi-polar, apoia uma relação com Cuba e promove a cooperação militar hemisférica (sem a participação de Washington) e a tese da guerra assimétrica (Romero, 2006: 83).

A Estratégia chavista de guerra assimétrica é, na opinião de Natanson, um «sonho fora do lugar»: Washington odeia Chávez e tem feito de tudo para lhe desestabilizar. Desde financiar a oposição e apoiar o golpe de 2002, até invadir a Venezuela a verdade é que, desde o desastre do Iraque, os EUA irá pensar duas vezes antes de ocupar território alheio:

“Chávez é assim um pouco paranóico: em Junho de 2008, logo que um avião americano ingressou no território marítimo venezuelano de maneira aparentemente accidental, Chávez organizou um teatro – televisado em directo – manobra conjunta da Força Armada e da Força Aérea que concluiu com a detonação de um míssil na Ilha de Orchila” (Natanson, 2008:191).

Portanto a já mencionada vontade e recursos naturais venezuelanos preocupa algumas estratégias americanas (geopolítica, energética):

“Desde o ponto de vista geopolítico, sua situação geográfica é crítica, já que se encontra ao norte da América do Sul, em uma encruzilhada marítima entre o Caribe e o Atlântico. Por outro lado, possui uma indústria petroleira e reservas petrolíferas e gasíficas consideradas” (Romero, 2006: 80).

Apesar da guerra discursiva com a política norte-americana, esta não encontrou fundamento nas políticas económicas e o fluido intercâmbio comercial não tem sido afectado. As inversões norte-americanas directas foram incrementadas de 10, 81% em 1999 à 44,28% em 2003 e, apesar das constantes ameaças de deixar de fornecer petróleo, Chávez continua abastecendo ao mercado norte-americano com 14% das importações de petróleo feitas pelos Estados Unidos. Isso faz lembrar que, embora o

populismo precise de um inimigo para sobreviver, tendem a viver e fazer negócios com ele (Freidenberg, 2007: 190).

O governo venezuelano utiliza suas diferenças com EUA, como um palanque para dar visibilidade à sua política populista e seu activismo internacional. Romero (2006) considera que a batalha contra o governo americano, da perspectiva venezuelana, é travada em duas dimensões: uma real e outra de carácter mais fantasiosa. A dimensão concreta é o repúdio de Chávez às tradicionais projecções de Washington sobre outros países, principalmente, quando esses estão na América Central e do Sul. A dimensão mais confusa e imaginativa faz mais sentido para continuar mantendo um inimigo (obrigatório para a construção do discurso populista). Para Caracas, os EUA são um risco para a defesa interna da Venezuela, que estaria sobre constante ameaça de uma invasão americana. Por esta óptica os vizinhos do norte são um desestabilizador de democracias e estabilidades internas (Romero, 2006:80).

2.2. Segurança Democrática (Colômbia)

No mesmo ano do «caracazo» (1989), outra velha democracia da região se situava à beira do abismo. Mas a diferença com o ocorrido na Venezuela, não foi «o neo-liberalismo por surpresa», mas antes o desafio proveniente da aliança entre narcotraficantes e paramilitares, o que pôs em suspense a democracia na Colômbia. Este ano foram assassinados três candidatos presidenciais e as acções terroristas perpetradas pelos cartéis das drogas chegaram a níveis verdadeiramente dramáticos (López, 2010:21).

2.2.1. De político tradicional a *outsider*

Historicamente, os partidos colombianos parecem haver formulado os seus projectos pensando mais no Estado do que na sociedade (Velásquez, 2011). Constatamos que a dinâmica política colombiana está guiada por um sistema de partidos sustentado num bipartidarismo fluido, sem nenhum tipo de polarização. Essa organização das siglas tem dado todo o conjunto de orientação centrípeta e pouco inclinado a estimular a participação eleitoral. Do mesmo modo, nessa dinâmica há

coexiste a representação partidária, predominante nos órgãos de representação popular (Congresso, Assembleias Departamentais, Conselhos Municipais), com empresas de grupos de interesse, predominante nas consultas sectoriais para definição de políticas públicas

“Isto tem contribuído para consolidar uma cultura política que dificulta o aparecimento de uma oposição, da diversidade e heterogeneidade do sistema de partidos, por um lado, e o reconhecimento do conflito, por outro, como expressão da multiplicidade de opiniões, forças e interesses existentes na sociedade” (*Idem*, 2011-119).

O fenómeno dos «*outsiders*», também conhecido como os «anti-políticos», corresponde a um desencanto e rechaço de sectores crescentes do eleitorado com respeito aos partidos, associados a nichos burocráticos, ineficientes, pouco democráticos e representativos, e em alguns casos permeáveis à corrupção. Entretanto, há que dizer que estes «*outsiders*» são factores de incertezas na política: podem ser bons governantes ou resultarem um fiasco (*Idem*, 2011-125).

Isto explica porque Álvaro Uribe Velez, que se apresentou como uma espécie de «*outsider*», apesar de sua origem e tradição no Partido Liberal, ganhou a Presidência da república sem contar com maioria no Congresso, que foi configurando *a posteriori* suas bases, através de negociações personalizadas com congressistas, e baseando-se na tradição de ‘mudança de lado’ política que caracterizou a representação parlamentar deste período.

“Este ritmo vertiginoso da figura do presidente – completamente atípico na história colombiana e sintetizando em seu lema: trabalhar, trabalhar, trabalhar – explica em boa parte o fato que sua popularidade tenha chegado a níveis que oscilaram entre 60 e 70%, em que pese o fracasso de uma das mais importantes iniciativas (apresentação do referendo de uma ampla reforma política para reformar a legitimidade do conjunto das acções governamentais). E das polémicas em torno das políticas de «segurança democrática» e reinserção de grupos paramilitares, assim como o crescimento da forte dívida pendente que em matéria social se tinha com as classes sociais mais necessitadas” (Hernández, 2006:152).

Por outro lado, a prioridade da luta contra inimigos armados teve como as várias consequências, o fortalecimento do poder executivo e a subordinação do congresso (umas das instituições mais desprestigiadas da cena política colombiana, que ficou ameaçado de reduzir-se, ainda mais, quantitativamente); um estilo paternalista de liderança, uma coalizão política concentrada nos sectores médios e altos da sociedade colombiana, um processo de mobilização social de cima até baixo sob formas institucionalizadas de clientelismo, e uma ideologia de direita que divide o campo das forças políticas em amigo e inimigo, onde o funcionamento institucional deriva crescentemente até um regime com traços autoritários (Moreira, 2008:57-58).

A reforma política de 2003 promoveu alguns avanços no que toca os partidos, tendo como objectivo uma maior coesão e fortalecimento partidário, na medida em que implementou regras como a lista única de partidos e a lei de barreiras para frear a ‘mudança de lado’. Entretanto, da reforma surgiram vários partidos uribistas, dos quais se destaca o Partido Social da Unidade (Partido de la U). Além disso, foi possível o processo de consolidação do Pólo Democrático Alternativo (PDA), para onde convergiram sectores da esquerda tradicional (Velásquez, 2011:125).

Os partidos políticos na Colômbia têm-se movimentado com diversas formas de fazer política. 1) *A ideológica* (pequena parte do eleitorado) – o eleitorado de maior idade, os partidos tradicionais e os partidos cristãos. 2) *A clientelista* – A nível local e regional. 3) *As pressões Armada* – com peso em grande parte do território nacional. 4) *Fidelidade do tipo primária* – Em nível rural e regional. 5) *Pragmática/opinião pública* – Cada vez mais influente no meio urbano e com protagonismo dos meios de comunicação (*Idem*, 2011:125-126).

Durante os governos de Álvaro Uribe, o sistema partidário sofreu uma reacomodação e uma recomposição. Os partidos tradicionais mantêm-se: o Conservador como parte fundamental da coalizão que apoia o governo, junto com o Partido de la U e Cambio Radical. A eles somam-se alguns partidos menores que foram fortemente afectados pelos processos da denominada «para-política», quer dizer das relações dos dirigentes políticos com membros de grupos paramilitares e narcotraficantes. Na oposição destaca-se o Partido Liberal, com a maior bancada e o PDA (*Idem*, 2011:127).

Tudo isto está associado à precariedade da presença do Estado ou à sua presença traumática, expressada quase sempre num Estado coercivo e não num que dá respostas às carências e demandas sociais. O que levou a que, no mesmo espaço nacional, coexistam territórios com uma ampla regulação estatal junto de «territórios vazios», no sentido da ausência de um ente regulador que represente interesses gerais. Nesses espaços a ordem começa a ser regulada por entes privados com capacidade coercitiva (guerrilhas, neo-paramilitares, bandas emergentes, milícias) (*Idem*, 2011:119).

2.2.2. Criminalização da oposição (partidos de esquerda)

Durante o longo período de aliança conservadora procurou-se estigmatizar as forças da oposição desde a esquerda, como o Partido Comunista, como as dissidências conservadoras. Progressivamente foi-se consolidando a ideia de que a oposição era uma actividade com uma conotação negativa e obstrucionista dos governos, um sinónimo de subversão: o resultado foi que socialmente não se valorizava os adversários, estigmatizando-os, por vezes procurando até exterminar os oposicionistas (Velásquez, 2011:124).

Apesar de existirem forças democráticas de direita (dentro do uribismo, e no Partido Conservador), e de oposição (desde social – democratas a neoliberais como o Partido Liberal, enquanto surgem forças para competir com o governo eleitoralmente desde à esquerda como o Pólo Democrático Alternativo).

“Em numerosas regiões do país ser candidato a cargos electivos significa uma condenação à morte. Em outras palavras, a democracia colombiana é eleitoral mas tem em seu seio forças armadas guerrilheiras ou o plano de desarme como os paramilitares que contam com um grande poder fáctico para questionar e vetar candidatos e partidos. Além disso no caso dos grupos para-militares reconhecidos pelo governo como actores políticos têm estreitos laços com o sistema político colombiano, e ainda em uma fase de desarme, esses laços garantem a sobrevivência de mecanismos criminais de fazer política na democracia colombiana” (Zgaib, 2007 cit.in Moreira, 2008:59).

Para além das supra-citadas dificuldades em ser oposição na Colômbia, a esquerda oposicionista além de ser acusada de obstruir o funcionamento do governo, é também atrelada à guerrilha:

“A debilidade eleitoral histórica da esquerda pode ser explicada pelo facto de muitos desses militantes terem elegido a luta armada. Ainda que haja quem rechace essa opção, todos foram vítimas da identificação da esquerda com a violência. Isto fez com que a esquerda ficasse marginalizada das preferências cidadãs e por vezes fossem seguidas por alguns sectores sociais, como ocorreu nos anos 80 com os integrantes da união patriótica (UP)” (Basset, 2008-5).

Até pouco tempo atrás a esquerda nunca superava os 5% dos votos nas eleições presidências. Entretanto, no começo do século enquanto as guerrilhas aparecem na defensiva frente a política de «segurança democrática» de Uribe, a esquerda registra uma série de êxitos eleitorais impensáveis na década anterior, que podem resumir-se a três grandes momentos: o primeiro em 2003 quando o ex-sindicalista Luís Eduardo Garzón conquistou surpreendentemente a prefeitura de Bogotá; O segundo, aconteceu nas presidências de 2006, quando o magistrado da Corte Constitucional Carlos Gaviria, obteve 20% dos votos ainda que distante de Uribe, pela primeira vez a esquerda ficou em segundo lugar; e finalmente, Moreno foi eleito com ampla margem de voto para suceder Garzón na prefeitura de Bogotá (*Idem*:5).

2.2.3. Violência e Estado andaram juntos desde os primórdios

A violência como recorrente instrumento de acção é uma constante na vida política (Velásquez, 2011:120). A relação entre política e violência tem antecedentes remotos. Desde o período da pós-independência espanhola, com as guerras civis do século XIX entre os nascentes partidos – Liberal e Conservador. Posteriormente no século XX os partidos Liberal e Conservador voltaram as armas, mas dessa vez sem declararem formalmente uma guerra civil, o fizeram através de movimentos de guerrilha. Esse período ficou conhecido como o da “Violência”. Essa parte da história foi encerrada com o «golpe militar» mais conhecido como «golpe de opinião», entretanto ficou como secura um período de banditismo social (*Idem*:120).

Ao início da Frente Nacional (1958 -1974) acontece uma nova onda de violência política, ligada agora a discursos de transformações revolucionárias do Estado e que se vai nas guerrilhas, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), O Exercito de Libertação Nacional (ELN), e o Exército Popular de Libertação (EPL) (*Idem*:120). A violência conviveu com o crescimento económico, o efeito da violência política não há travado o crescimento económico. Ao contrário houve períodos de grande violência política combinada com índices de alto crescimento macroeconómico – como a etapa que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, que coincidiu com a violência bipartidária. O mesmo aconteceu em finais dos anos 80 (*Idem* :121).

Durante mais de um século a política colombiana ficou marcada pelo bipartidarismo «República Conservadora». Nas primeiras décadas do século XX (30-46) logo se estabelece um período de hegemonia conservadora. Algumas vezes se formava uma coalizão como a Frente Nacional, mas a partir dos anos 30 esta actividade esteve acompanhada de diversas formas de violência Política

Do ponto de vista político institucional a essência do «Modelo de Bogotá» é a segurança democrática. Através dele se procura o estabelecimento da autoridade e da razão do Estado subjugando inimigos internos como o terrorismo e a delinquência, ao mesmo tempo que se busca manter a todo custo o funcionamento eleitoral. Isto marca uma diferença profunda da direita latino-americana tradicionalmente golpista e anti-democrática (Moreira, 2008:56).

Na questão da segurança democrática Álvaro Uribe logra um grande êxito. Ele conseguiu recuperar o monopólio da coerção novamente para o Estado. Nessa luta contra a violência são marcadas pela desarme dos para-militares e a supressão sobre a guerrilha afastando-a das grandes cidades, das vias de comunicação dos centros turísticos do país e dos pequenos povoados. O sucesso em fazer recuar a guerrilha e desarmar os para-militares foi acompanhado de acções de consolidação do poder estatal sobre o narcotráfico (Sanín: 2004; Velásquez: 2004 cit. *Idem*:57).

Tal política parece ter tido alguns resultados positivos e de proveito para o governo Uribe. A ampla ofensiva militar deflagrada contra os grupos guerrilheiros levou alguns analistas colombianos a admitir que, pela primeira vez em mais de cinquenta

anos de conflitos, as Farc e o Exército de Libertação Nacional se encontram seriamente enfraquecidos política e militarmente. “A hora do guerrilheiro heróico, que há tantos anos já passou pela América Latina, começou também sua contagem regressiva na Colômbia”. Por outro lado, Uribe soube capitalizar os resultados de sua política de “segurança democrática”, recebendo por isso um amplíssimo apoio da população colombiana, que enxergava em seu governo o grande responsável pela recuperação de legitimidade de um Estado que até o ano de 2002 encontrava-se à beira do abismo (Villa e Ostos, 2005:7-8).

A atitude da população colombiana, cansada de tantos anos de conflito, mostra sua disposição em ignorar os imensos custos políticos da solução Uribe, que surgem como consequência dos excessos da aplicação de políticas repressivas de segurança interna que tendem a violar os direitos humanos de parte da população civil estabelecida nas zonas de conflitos entre exército e guerrilha. Num verdadeiro «*trade-off*» entre segurança e paz, Uribe buscou uma estreita aliança com os EUA, o que incluiu uma declaração explícita de apoio à Guerra do Iraque. Como sustenta Luís Alberto Restrepo, “*Uribe tem colocado toda política exterior a serviço da segurança. E, embora de imediato tenha obtido importantes êxitos políticos, financeiros e militares, sua estratégia hipoteca as relações internacionais da Colômbia, sobretudo com os vizinhos*”. No entanto devemos reconhecer que se trata de, pelo menos, uma política com suficiente legitimidade – relativamente falando, considerando-se os governos anteriores – e que obteve respaldo em uma sociedade colombiana cansada de um extenuante conflito civil (*Idem*:7-8).

Na Colômbia, a política de «segurança democrática» procura proporcionar segurança como primeiro objectivo, já que sem ela não existirá prosperidade, sossego nem futuro (Presidência da República, 2002:15). A população civil é convidada e incentivada – ainda com recompensas monetárias – a combater os inimigos internos da nação, estabelecendo uma polarização crescente entre patriotas/cidadãos comprometidos contra terroristas – incluindo no grupo de inimigos a todos aqueles que questionem de uma ou outra forma a acção do governo. Neste contexto, se recorre também a estratégia de exaltação nacional, por meio da utilização de meios de comunicação, apelando aos cidadãos (Bandiere:2009):

“O governo promoverá a cooperação voluntária e patriótica dos cidadãos, no cumprimento de seus deveres constitucionais e na aplicação do princípio da solidariedade que exige o modelo de Estado social de direito, com o fim de que cada cidadão contribua na prevenção do terrorismo e da delinquência, proporcionando informação relacionada com as organizações armadas ilegais. Se os 44 milhões de colombianos acompanham o Estado e se sentem apoiados por ele, fracassará o terrorismo (...) De maneira complementar, se tem posto em prática um programa de recompensas para aquelas pessoas que, como informantes dos organismos de segurança do Estado dêem a conhecer informação que conduza a prevenção de atentados terroristas ou a captura dos integrantes das organizações armadas” (Presidência da República – Ministério da Defesa, 2003:61).

A proposta de paz com os paramilitares tem conseguido legalizar actores os quais têm feito da prática criminal o seu “modus operandi” na política. Nesse sentido, há suplantado algumas forças ilegais (os paramilitares) por outras (os que tem abandonado as armas), ainda que o conjunto de relações de ilegalidade e violência política com o sistema político se mantenha intacto. Em outras palavras, com novas caras, não há feito mais do que consolidar os laços entre o sistema político e a ilegalidade (Álvaro: 2007;Moreira 2008).

2.3. Cada um com seu inimigo.

Os traços populistas de ambos regimes são inocultáveis. A lógica de discursos aglutinadores, a identificação com o líder, a formulação em términos amigos-inimigos, o uso da linguagem popular, a áurea que rodeia ambos os líderes, nos obrigam a afirmar que compartilham os modos de fazer política. Entretanto, existem marcadas diferenças entre ambos processos, vinculadas com sua ancoragem política – ideológica e com a tradição de cada um dos países (Bandiere:2009).

Chávez assume o protagonismo na cena política com o esgotamento do tradicional bipartidarismo da AD e COPEI. A elite política e económica pelo colapso social venezuelano. Ele cria um partido e canaliza todo o descontentamento da população para se fazer porta-voz das insatisfações da sociedade e criar o antagonismo entre os sectores sociais mais humildes, as elites política institucional e económicas responsabilizadas pelos grandes problemas que a Venezuela enfrentava.

Além dos inimigos políticos internos, Chávez encontrou nos EUA seu inimigo externo. O líder venezuelano explora esse antagonismo com muita eficiência, fomentando seu discurso de elementos concretos como o repúdio à tradicional ingerência dos americanos em outros países; e factos mais fantasiosos como, por exemplo, dizer que a Venezuela está sobre constante ameaça da América, e apontar esta nação como uma desestabilizadora de democracias. Com essa inimizade ideológica o chavismo consegue uma eficaz publicidade internacional, quando adere a uma ordem mundial oposta das propagandas por Washington. Para esse propósito serve o alinhamento e parcerias firmadas com Cuba, China, Irão e Rússia.

Uribe não é tão anti-sistémico como Chávez. Apesar de ter pertencido a política institucional através tradicional Partido Liberal; ele encontra seu viés populista justamente com a crítica radical à política partidária e a “politicagem”. Uribe ascende a presidência com uma roupagem de *outsider* e vence com minoria no congresso, todavia com negociações pessoal consegue reverter a situação que resulta na migração parlamentar para a base do seu governo assegurando-lhe uma maioria confortável na câmara e no senado.

O antigo quadro do bipartidarismo sofre uma mudança com o surgimento de novas siglas, na sua maioria tuteladas pelo poder executivo. A nova configuração contribuiu para o enfraquecimento da política institucional em detrimento da política personificada na figura do presidente.

Os partidos de oposição, principalmente os de esquerda não conseguiram aumentar sua representatividade. Tradicionalmente os partidos de esquerda sempre tiveram sua imagem associada à guerrilha, Uribe tratou de estigmatizar ainda mais as forças de esquerda causando a neutralização de qualquer força contrária ao seu governo.

A Colômbia há mais de meio século estava vinha sendo assolada por grupos guerrilheiros como: as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc), o Exército de Libertação Nacional (ELN), e o Exército Popular de Libertação (EPL) que desestabilizavam o país. Uribe leva a cabo sua promessa de «segurança democrática»: com a retirada dos guerrilheiros das zonas da cidade e pequenos povoados, desarmamento dos para-militares, e duras acções sobre o narcotráfico. Além de tomar território dos grupos guerrilheiros, consegue enfraquecer a imagem destes que passam a ser encarados nacionalmente e internacionalmente como terroristas. Com a política de

intolerância aos grupos guerrilheiros, o líder colombiano devolve ao Estado o controle da segurança territorial e grande simpatia da população que estava exaurida pelo medo do conflito armado.

Deve-se levar em conta que o momento de político da Venezuela é mais crítico do que na Colômbia. Com isso nos referimos ao carácter de ruptura da apelação de Chávez, e a ruptura radical com o sistema político partidário prévio. Apesar de ambos governos utilizarem o enfrentamento e a contínua referencia ao perigo do inimigo como ferramenta, o governo Uribe promove a canalização institucional das reclamações, requerendo a presença de cidadãos como apoio e acompanhamento (jamais direcção) da política nacional. Chávez, ao contrário, se apresenta como encarnação da vontade popular, como membro e representante do povo e das forças armadas, e é concebido desse modo por seus seguidores, que identificam o nome do líder como o colectivo. Na Colômbia pela primeira vez na história se forma um projecto de unidade nacional sobre bases populares, organizado neste caso ao redor da luta contra o terrorismo

Capítulo III

Populistas Referendados?

3. “Os novos Estados da América Latina precisam de reis com o título de presidente”: o percurso para a reeleição indefinida.

Nesta terceira parte trataremos dos vínculos líder-povo. Para analisar a relação de Chávez e Uribe com a população dos países que governam vamos observar como esses líderes tentaram criar dispositivos de lei para a terceira reeleição através de referendo

O presidencialismo aumenta seu raio acção e poder numa sociedade onde as instituições são frágeis. Com um parlamento enfraquecido a tentação do poder executivo aumenta em actuar tomando distancia dos outros níveis institucionais. Essa configuração de super-poderes do presidente ocorre tanto na Venezuela como na Colômbia.

A concentração de poder nas mãos dos líderes Venezuelano conta com a condescendência da Assembleia Nacional e do Tribunal Superior de Justiça. O que facilita a pavimentação para uma relação sem intermediários e sem vigilância da população, cuja percepção de que as instituições não importam para o funcionamento do estado é aproveitada por Chávez para chefiar o país sem muita consideração ao equilíbrio dos poderes.

A concentração desfrutada por Uribe no espectro da direita, procede de deficiências do sistema político semelhantes ao da esquerda de Chávez. O presidente colombiano governa com maioria em virtude da fragmentação partidária, o descrédito da população de que as instituições venham resolver os problemas sócias, como o do terrorismo guerrilheiro.

A base de apoio dos dois líderes está firmada por cidadãos desapontados com a política representativa, por essa ter fracassado em colocar o estado num patamar de atender minimamente as carências sociais do povo venezuelano e colombiano. É pelo vislumbamento da vitória no referendo da reeleição indefinida onde começa a determinação em continuar no governando soberanamente; e não na necessidade das

nações em ter presidentes com mandatos ininterruptos. Chávez e Uribe tentam criar uma imagem de insubstituíveis às nações.

Nessa tentativa de sucumbir a democracia representativa, sem parecer que esforçam-se a fazer isso, os dois mandatários precisam fazer tramitar a lei da reeleição indefinida no parlamento e no judiciário dos seus respectivos países. Isso, quase como uma formalidade inócua para manter a aparência de equilíbrio institucional, e apoiarem-se numa democracia validada apenas pelo voto.

O presidencialismo tem sido desde há muito definido como um tipo de regime baseado no princípio da separação de poderes. Contudo, na maior parte das vezes, os actuais sistemas presidencialistas têm operado de um modo diferente, mais próximo da concentração do que da separação de poderes (Malamud, 2003:716). Essa concentração de poderes do executivo pode ser controlada, em maior ou menor grau de acordo com a força dos atores de veto. «a característica central do governo presidencial é a eleição separada do executivo e da legislatura para mandatos fixos» (Mattenheim, 1997 cit. *idem*, 2003:717).

Quando a concentração do Poder Executivo assume magnitude, alguns chefes de estado podem ficar tentados a usar essa força para actuar sem levar em conta a harmonia entre os poderes. Nestes casos os governantes procuram governar de forma plebiscitária: em nome dos votos recebidos nas urnas tentam “atropelar” ou tratar com indiferença o congresso e o judiciário. Cada vez que a oposição parlamentar e os tribunais questionam a grande força dos presidentes, ou acusam que estes super-poderes enfraquecem a democracia, os mandatários apoiam-se no facto de terem sido eleitos e/ou no respaldo das sondagens sobre a aprovação popular do governo. O executivo presidencial emerge como um agente de veto «com coesão muito elevada» (Tsabelis, 1995: 325) o que aumenta o seu poder perante outros agentes de veto. Além disso, o poder de determinação da agenda, que diversas constituições – e tradições políticas – atribuem ao presidente, representa outro factor determinante que lhe permite suplantar em poder os restantes agentes de veto (Malamud, 2003:722).

Liñán (2008) afirma que nas últimas décadas a América Latina tem experimentado um paradoxo crescente: a emergência de democracias estáveis com governos instáveis. Apesar da onda democratizadora que transformou a região na

década de 1980, treze presidentes eleitos foram removidos de seus cargos ou forçados a renunciar entre 1985 e 2005 (*Idem*:106). Entretanto essa afirmação não se aplica de todo nos casos da Venezuela e Colômbia. O episódio da tentativa de golpe a Chávez, em 2002, que só durou um dia, talvez não seja suficiente para pôr em causa a estabilidade do governo Venezuelano. As incontestáveis e sucessivas vitórias dos líderes venezuelanos e colombiano, como defendem Marco Aurélio Garcia (2008) ao dizer que os sintomas de instabilidade que alguns detectam nesses ricos processos, são fundamentalmente signos recorrentes em todas ‘mudanças de época’. O referido autor, depois arremata ao explicar que Politicamente a situação também é inédita, dado que todos os governos sul-americanos são o resultado de eleições livres e democráticas, marcadas por uma ampla participação popular e pelo surgimento de novos personagens aos bastidores da cena política continental (Garcia, 2008:80).

No caso da Venezuela e Colômbia, a crise e as instabilidades dos governos anteriores a Chávez e Uribe conferiram-lhes mais poder. A crise política caracteriza-se por uma situação onde os acordos que sustentam equilíbrios institucionais se revelam Ultrapassados. Cada esfera do poder público parece independente e cobrar vida própria. Perde-se a harmonia no funcionamento das diferentes funções governativas. As redes clientelares sobre as que se estabeleceu o equilíbrio precedente revelam-se incapazes de renovar o sistema. Desprovidos de todas as responsabilidades governamentais e confinadas ao domínio do Legislativo, os partidos políticos radicalizam as reivindicações sociais frente ao executivo.

Com a discrepância de poder entre o executivo e demais poderes, o chefe de Estado tem mais margem de manobra para conduzir o país à sua maneira. O uso do referendo é uma das formas que esses líderes populistas lançam mão como forma de agirem no limiar da constituição, e minimizar ao máximo a democracia representativa em detrimento da democracia participativa. “Além das características próprias do tipo presidencialista, o subtipo *concentracionista* envolve também a redução dos pontos de veto, aumentando assim potencialmente as capacidades de iniciativa individual, resposta rápida e decisão do executivo. Estas características apresentaram maior probabilidade de se destacarem em determinadas áreas políticas do que noutras, dependendo de um conjunto de variáveis” explica Malamud (2003:720).

Na análise dos referendos que previam a tentativa de reeleição indefinida, existia a vontade dos dois presidentes para a sua aprovação, entretanto Chávez deixava muito clara a sua vontade de concorrer a mais eleições, enquanto Álvaro Uribe sempre se referia a essa consulta popular de maneira vaga e dúbia. Nas declarações aos periódicos isso ficava muito evidente, enquanto Chávez afirmava:

“Eu tenho poder para convocar um referendo, e posso convocar contra mim mesmo”. (El Universal, 11 de Janeiro de 2008)

Uribe manteve uma popularidade de 70%, e evitou declarar publicamente se desejava uma segunda reeleição, não obstante a coalizão política que apoiava seu governo trabalhou arduamente com esse objectivo (El Universal, 15 de abril de 2009):

“Em qualquer caso, eu mantenho o desejo de poder trabalhar pela Colômbia a partir de qualquer posição, até o último dia da minha vida” (El Universal, 26 de Fevereiro 2010)

Tal indiferença, de Uribe, quanto a possibilidade de concorrer a mais um pleito só dissipou-se quando da iminência inconstitucionalidade do referendo. A convicta posição a favor foi sustentada com a certeza de que uma nova reeleição não afectaria as instituições:

“Eu acho bem que os colombianos digam se estão de acordo ou não com a reeleição” (El Espectador, 25 de fevereiro, de 2010).

Depois de clara concentração de poder do executivo, é preciso antes de entregar o referendo da reeleição indefinida ao povo, submeter aos outros poderes institucionais a avaliação desse projecto pessoal. Porque convém a esses líderes manterem o discurso de que eles devem a permanência na presidência à população.

3.1. Concentração de poder Venezuelana

Chávez é um governante que exerce uma forte concentração de poder, sendo as outras instituições do Estado complacentes com o poder do executivo, de modo que este não presta contas aos outros poderes, provocando a ausência de *accountability* horizontal (O'Donnell, 1996).

3.1.1. Base de apoio (Venezuela) “uh, ah Chávez não se vá”.

Chávez apoia-se numa base que conta com referente organizativo difuso: são sectores que já não sentiam as instituições representativas influírem na resolução de suas demandas. Ele procura não ter nenhum tipo de intermediação organizativa com eles, apostando num vínculo de carácter directo. Esse “povo” chavista está integrado pelos trabalhadores, sectores informais, camponeses e alguns grupos fragmentados do empresariado e da classe média empobrecida, todos eles muito desencantados com a situação económica do país (Freidenberg, 2007: 185).

“Creio que como chefe de estado poderia avaliar-me positivamente. Essa é a verdade. Bastava responder a seguinte pergunta: O que foi e o que é Venezuela no âmbito internacional? A comparação entre outros tempos e esse é impressionante”. Disse Chávez sustentando essa afirmação com uma série de exemplos como o “prestígio alcançado”; “O exemplo dado pela Venezuela na cena internacional”, assim como “a contribuição a um mundo multipolar.” (El Universal, 11 de Janeiro de 2008)

A reforma constitucional que tinha como principal finalidade a reeleição indefinida já tinha ido a referendo em 2007. A proposta foi feita pela Assembleia Nacional, e previa a mudança em 69 artigos constitucionais divididas em dois blocos «A e B», a proposta foi rejeitada nas urnas por 50,65% e 51,01% dos eleitores. Mais do que um triunfo das forças opositoras, foi uma derrota das forças do bolivarianismo que no jogo político mostra incertezas e contradições. Em outras palavras não foi uma vitória da oposição, mas uma derrota chavista. (Maya 2008:18).

“O presidente reconheceu sua derrota, porém não desistiu de continuar de alguma forma esse processo reformador/revolucionário. Dado que a constituição de 1999 proíbe apresentar duas vezes, durante um mesmo período constitucional, uma mesma proposta de reforma, as opções do presidente se reduziram significativamente. Chávez levantou a possibilidade de uma nova tentativa ser apresentada via popular, por meio de emenda, ou, inclusive, via nova assembleia constituinte (Flores, 2008:6)”.

Essa não foi a primeira derrota de Chávez. A trajectória de Chávez foi sempre com avanços mas também recursos tácticos em situações de riscos maiores, um destes

foi a sua primeira aparição pública em 1992, quando já detido, pediu em directo que seus colegas golpistas que depusessem as armas. Na ocasião ele admitia que «por enquanto» os objectivos da revolta não haviam sido atingidos.

Depois de alguns falhanços, como a perda de mais de 12 pontos percentuais na primeira reeleição, e da derrota, já referida, no referendo de 2007, Chávez entra numa fase em que reconhece erros:

“Equivoquei-me, não se pode saltar etapas num processo. A proposta (referendo de 2007) foi prematura e o erro é meu. Devemos esperar dois ou três anos” (El Universal, 25 de Maio de 2008).

Como veremos mais a frente a derrota de Chávez, em 2007 não impediu que a os aliados na Câmara aprovassem a proposta do referendo em 2009. Entretanto, a derrota no referendo fez com que Chávez refizesse sua estratégia, mas também permitiu um certo reagrupamento da oposição, isso verificou-se nas passeatas contra o referendo de 2009. Manifestantes saíram às ruas com faixas, a grande parte delas dizia «não é não».

“Os primeiros que estão na vanguarda são os jovens, porque (Chávez) está colocando uma barreira a esta geração de relevo (...) Os jovens protestam porque lhes querem tirar o futuro com a reeleição indefinida (...) não admitimos um capataz fazer o que lhe venha a vontade com o presente e o futuro da Venezuela” (Declaração do Prefeito de Caracas Antonio Ladezma, El Espectador, 17 de Fevereiro de 2009).

As vésperas da votação apesar das sondagens apontarem para uma vitória chavista, o clima nas ruas de Caracas era tenso entre as passeatas governistas e oposicionistas. Chávez chegou a ordenar ao ministro do Interior e Justiça e ao vice-presidente do país «jogar gás lacrimogénico do bom» nos estudantes e reprimir qualquer manifestação. Não obstante a intimidação, jovens, na sua maioria universitários, seguiram com seus planos e foram em marcha em direcção ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

Para responder aos ataques da oposição, o presidente estreou, a poucos dias do referendo, como colunista na imprensa local com o espaço intitulado «As Linhas de Chávez». O mandatário neste período de campanha publicava sua coluna durante três dias da semana: em 28 diários privados – um nacional e o resto regional, imitando seu aliado cubano, Fidel Castro. Em sua estreia, Chávez confirmou que se perdesse o

referendo da emenda constitucional sairia da vida política ao concluir seu mandato em 2013. “Se perder a consulta irei-me em outro Fevereiro, o de 2013” escreveu (El Espectador, 22 de Janeiro de 2009).

Mesmo com fortes manifestações contrárias ao referendo, os venezuelanos disseram «sim» a reeleição indefinida. No dia 15 de Fevereiro de 2009, a emenda foi aprovada por 54, 85% votos a favor à 45,14% dos sufrágios contra. Segundo Chávez, foi uma «vitória histórica» das fileiras «revolucionárias» e um «nocout» na «oligarquia pititany», como qualifica a oposição (El Espectador, 19 de Fevereiro de 2009).

Passado três dias da vitória do «sim», a reeleição indefinida, o presidente Chávez promulgou a emenda constitucional, num acto público transmitido em cadeia nacional obrigatória de rádio e televisão, a discursar:

“Promulgo com todo meu coração e meu compromisso com o povo, e juro ao povo que não falharei, a emenda número um da Constituição Bolivariana. Viva o Povo! (...) Estou pronto para seguir comandando a «revolução» de 2009 até 2019, pelo menos, se assim quiser o povo (...) É uma emenda histórica, é a primeira vez que uma constituição é emendada pela vontade do povo venezuelano. Isto é democracia revolucionária, da boa: é o povo que manda na Venezuela” (Chávez, 18 de Fevereiro de 2009).

3.1.2.«Maioria evidente» concorda e levanta a mão!!!

“Maioria evidente” foi a maneira que a Presidente da Assembleia Nacional Venezuelana, Cilia Flores, declarou a aprovada a emenda constitucional que permitirá a reeleição sem limites dos cargos electivos, inclusive o de presidente. A reforma consiste em eliminar cinco artigos da constituição que fixavam o limite de eleições para cargos públicos. Na nova redacção observa-se que os detentores de mandato “poderão ser eleitos”, sem acrescentar nenhuma palavra que restrinja esta prerrogativa.

Os artigos modificados foram o 230, que se refere ao presidente do país; 160, que afecta os governadores; 162, os das assembleias legislativas; 174, os prefeitos e vereadores; e o 192, que refere-se aos da Assembleia Nacional.

Depois da aprovação da emenda pelo legislativo, os deputados também aprovaram por «maioria evidente» o texto da pergunta a que os venezuelanos iriam responder no referendo, para aprová-la ou rejeitá-la:

“Você aprova a emenda dos artigos 160, 162, 174, 192 e 230 da Constituição da República, tramitada pela Assembleia Nacional, que amplia os direitos políticos do povo com a finalidade de permitir que qualquer cidadão ou cidadã no exercício do cargo popular possa estar sujeito a postulação como candidato ou candidata para o mesmo cargo pelo tempo estabelecido constitucionalmente, dependendo sua eleição exclusivamente do voto popular?”

A base aliada do governo chavista na altura da votação tinha 146 das 167 cadeiras do parlamento. Chávez propôs a mudança com o argumento de que a reeleição ilimitada seria um ponto de ruptura com a velha democracia, e o direito de concorrer a vários mandatos deveria ser estendida a todos cargos que emanam do voto popular (Meirelles, 2009).

Com a maioria esmagadora na Assembleia Nacional ficaria difícil derrubar a emenda no parlamento, de modo que o discurso da oposição ecoou no vazio:

“Ricardo Gutierrez, do partido Podemos, defendeu que a mudança proposta pode abrir caminho para o «abandono dos métodos democráticos» e criticou que na Venezuela «não há revolução» nem «socialismo»” (*Idem*: 2009).

3.1.3. O tribunal venezuelano vota «por um bom governo».

Batalha ganha na Assembleia Nacional, seria a vez da emenda da reeleição ilimitada ser submetida ao crivo dos Juízes do Tribunal Supremo da Justiça (TSJ) venezuelano. O TSJ na sentença 3209/2009 através da apresentação do magistrado Arcádio Delgado Rosales, afirmou que a reeleição indefinida não deixa vulnerável o princípio da alternância do poder consagrado no artigo 6 da Constituição Venezuelana.

O Tribunal se baseou em uma sentença anterior, quando reproduziu parágrafos de um outro parecer (1488/2006). A decisão do TSJ foi tomada com vistas na governante actual, e não na instituição do executivo, à medida que elabora um texto baseado no artigo «O Federalista» do pensador norte-americano Alexander Hamilton. Na tese do escritor «a exclusão de um bom governante só traria males a sociedade e prejudicaria à condução do governo», a esta ideia o TSJ acrescenta que segunda a tese de Hamilton impedir a reeleição diminuiria o correcto proceder do governante e facilitaria a tentação «de actuações não adequadas» (El Universal, 11 de Fevereiro de 2009).

“Siguiendo la óptica abordado en tal fallo, apuntalada en la teoría del buen gobierno, conviene añadir que la eliminación de la causal de inelegibilidad para el ejercicio de cargos públicos derivada de su ejercicio previo por parte de cualquier ciudadano, en modo alguno trastoca el principio de alternabilidad en el ejercicio del poder” (Supremo Tribunal de Justicia, 3 de febrero de 2009)

Na resolução Nº 09116-0005 do Conselho Nacional Eleitoral em 6 de Janeiro de 2009 se concordou:

“Primeiro: convocar e fixar o dia 15 de Fevereiro de 2009 como a data para a celebração do referendo provatório da Emenda Constitucional, sancionado pela Assembleia Nacional do dia 14 de Janeiro de 2009. Segundo: que a pergunta que se formulará aos eleitores será proposta nos termos e condições que foi aprovada pela Assembleia Nacional; a qual estará estruturada para ser respondida com um «sim» ou com um «não».Terceiro: aprovar o cronograma para a realização do referendo provatório da emenda constitucional, a celebrar-se no dia 15 de Fevereiro de 2009.Quarto: constituir dois blocos eleitorais que representem cada uma das opções, a favor ou contra do objecto de consulta. As organizações com fins políticos nacionais, assim como os grupos de cidadão e cidadãs, devidamente constituídas, poderão participar, no referendo provatório da Emenda Constitucional em qualquer dos blocos, de acordo com suas preferências” (Página Oficial do Conselho Nacional Eleitoral).

Entretanto, o magistrado dissidente, Pedro Rafael Rondon Haaz na sentença 1488/2006 relatou que «quando a sala pretendeu apoiar-se em expressões de Hamilton, no Federalista, a favor da reeleição (...) não se levantou no Federalista, nem tangencialmente, a possibilidade de reeleições sucessivas e contínuas (El Universal, 11 de Fevereiro de 2009).

3.2. Concentração de poder colombiano

De facto, o carácter extremamente personalista da política colombiana favorecido pela fragmentação do sistema de partidos políticos, junto com a indignação da população, tanto com as Farc como com a incapacidade das instituições da democracia representativa para resolver o problema da guerra, fortaleceram Uribe. Seu governo encaixa-se bastante bem na definição de «democracia delegativa» de O'Donnell (López, 2010:27).

Além do prestígio, do apoio popular e a genialidade que atribuíam a Uribe, a única certeza era que a ordem política e institucional gerada pelo líder colombiano não descansava em nada sólido. Tudo era muito volátil e estava muito exposto ao humor pessoal do governante. “Era o regime da presidência pessoal, em que o próprio presidente substituíam a seus ministros de funções que lhes competiam. Era cada vez mais frequente ver Uribe debater com parlamentares, negociar com os sindicatos, resolver os problemas de aquedutos e co-legislar com os congressistas das distintas comissões. Havia presidente, mas não institucionalidade governamental” aborda Torres (2006: 240).

Neste contexto colombiano, vive-se em um regime presidencialista de maioria, onde quem ganha controla toda composição do governo e a administração pública. Em uma «supremacia presidencial», o interesse do governante se invoca como interesse geral da sociedade. A acção política e institucional adquire a aparência de está regida apenas pelos desejos do governante, e isso faz com que os graus de difusão da competência e do poder político desapareçam a favor de quem governa (*Idem*: 290).

Mas o personalismo tem seu preço. Na Colômbia era cada vez mais frequente ver figuras do Executivo como ministros, vice-ministros, directores e altos assessores atacando os Tribunais, Congresso, Conselho Eleitoral. Mas quando o presidente tentava rectificar, o dano político e institucional já estava causado. Tudo porque o presidente não usava a autoridade para mobilizar o compromisso de solução dos problemas, senão para impor uma posição sem interessar-se com a institucionalidade do país (*Idem*: 252).

A própria bandeira de combate à “politicagem” que era uma bandeira de campanha, continuou sendo afirmada no discurso de Uribe enquanto presidente. Não obstante, para manter o apoio das elites políticas dos e formadores de opinião, nas entidades governamentais e embaixadas mantinham-se empregados familiares de congressistas, juízes e jornalistas. Ao invés de abolir Uribe estava alimentando o nepotismo.

3.2.1.Base de apoio (Colômbia)

Aproveitando a unidade nacional em torno de sua figura e dos temas da segurança e múltiplos factores económicos, Uribe consegue aglutinar o apoio de camponeses, trabalhadores urbanos, da classe média, inclusive de sectores da classe alta (Patiño e Cardona, 2009:168). A proposta de referendo apresentada pelos aliados do mandatário, que teve o respaldo de cerca de cinco milhões de assinaturas, pretende convocar uma consulta popular para reformar a Constituição e permitir a reeleição por duas ocasiões consecutivas (El Universal, 15 de abril de 2009, p.4).

Os promotores do referendo recorreram a uma Fundação chamada Associação Colômbia Primeiro, que ignoraram os limites de contribuições e de gastos de campanha na recolha de assinaturas:

“Essa triangulação tentou ocultar uma grosseira superação desses limites. De modo que o Tribunal colombiano qualificou o procedimento de injusto e pouco transparente, pois a reeleição estaria sendo promovida com mais dinheiro do que o permitido, o qual viola a igualdade entre os mecanismos de participação” (El Espectador, 27 de fevereiro de 2010, p.3)

Oito dos nove membros do comité promotor da reeleição de Uribe foram condenados por falsidade ideológica em documento público e fraude processual. A decisão foi da Unidade de Direitos contra a Ordem Económica. Os condenados não foram presos por se apresentarem aos chamados da justiça, e por não apresentarem perigo para a sociedade, nem riscos para as provas da investigação (El Espectador, 21 de Abril, de 2010).

Segundo a Promotoria, a solicitação do referendo não cumpriu com todos os requisitos da lei. Contudo, o corpo de acusação, disse que os gestores do movimento serviram-se da empresa privada Colômbia Primeiro da qual sempre tiveram o controlo (El Espectador, 21 de Abril, de 2010). Os integrantes do Comité Promotor gastaram durante a campanha de recolha de assinaturas mais de \$ 2.000 milhões, soma que supera mais de seis vezes o autorizado pelo Tribunal Nacional Eleitoral (\$ 335 milhões), e tampouco é permitida contribuição de uma organização não habilitada pelo Congresso - como Colômbia Primeiro (El Espectador, 21 de Abril, de 2010).

Segundo o Jornal El Espectador, do dia 26 de Fevereiro, de 2010, muitos apoiantes se uniram ao propósito do comité promotor fartas quantidades de dinheiro, que terminaram causando problemas para os gestores dessa iniciativa. Até a captadora de investimentos legal de dinheiro DMG, através da empresa Transval, segundo elementos da oposição, somaram-se a equipe de edificadores da nova campanha presidencial do chefe de Estado.

A acusação tem em sua posse documentos que visavam burlar os limites de financiamento “para contar com quantias ilimitadas para privilegiar ou favorecer a proposta de reeleição presidencial”, como expressou a Corte Constitucional. (El Espectador, 21 de Abril, de 2010)

“Finalmente, está sendo feito justiça, o que está ocorrendo já devia ter acontecido há um ano, se o Ministério Público tivesse substituído o promotor que não trabalhava pelo que agora trabalha” (El Espectador, 21 de Abril, de 2010, p.6)

Depois do escândalo da recolha no processo de recolha de assinaturas, como outras irregularidades dos trâmites para o referendo no congresso (veremos adiante); sectores da sociedade, diferentemente de quatro anos atrás, quando investidores, políticos e economistas aprovaram amplamente a reeleição, nesta ocasião aumentaram as vozes que se opunham a continuidade de Uribe no poder e que solicitam a sua não postulação como candidato com o argumento de que é necessário fortalecer as instituições e não perpetuar as pessoas (El Universal, 12 de Janeiro de 2010).

“Apesar do uribismo ter um altíssimo índice de aprovação, 50,3% dos colombianos não votariam no referendo para a segunda reeleição do presidente Álvaro Uribe, indicou a mais recente pesquisa difundida hoje na imprensa local” (El Universal, 20 de Fevereiro de 2010, p.1)

3.2.2. Congresso colombiano

Para aprovar o referendo no congresso Uribe contou com a debilidade do sistema de partidos colombianos. Fragilidade manifesta na falta de disciplinas dos agrupamentos políticos. A “Ley de Bacadas”¹⁰ não tem conseguido funcionar sob uma lógica ideológica, devido a forte personalização gerada pelo sistema eleitoral, que

¹⁰ Incentivo para que haja fidelidade partidária no Congresso Colombiano.

assegura o mandato ao congressista e não ao partido, ou o voto secreto nas sessões do Congresso, o qual permite os congressistas escapar as directivas estabelecidas pela bancada.

Neste sentido, como afirma Milanese (2008:16), no Congresso predominam (i) os interesses individuais, onde é marcante o incentivo de comportamentos baseados numa estratégia particular do congressista, ao invés de decisões colectivas fomentando uma forte competição intra-partidária. (ii) A falta de identidade partidária é outra característica do parlamento. Por um lado a ausência dela nos vários partidos debilita a possibilidade de um comportamento coeso; por outro, se transforma em um elemento diferenciador entre alguns partidos, fundamentalmente entre o Partido Conservador e os demais. (iii) As posições a respeito das questões institucionais diante da relação de membro do governo com os grupos ilegais (paramilitares). Estes aparecem como um dos principais eixos da tensão entre o uribismo mais próximos ao paramilitarismo, e aqueles que se reconhecem como o voto de opinião. Neste sentido, pode-se diferenciar as os posicionamentos encontrados dos distintos membros da coalizão uribista no que diz respeito as instituições políticas ou da nova reeleição. A partir desse quadro do congresso, pode-se dizer que se existem diferenças estas são muito ténues entre os partidos e legisladores uribistas, portanto o potencial para existirem acordos são imensos.

A fragmentação do legislativo obriga Uribe a negociar favores com os deputados e senadores. De modo que o alto nível de divisão dentro da coalizão é directamente proporcional ao aumento de acordos pessoais e favores a congressistas em troca de aprovações de matérias favoráveis ao governo. Assim, é gerado no Congresso Colombiano instabilidade e uma potencial variedade de “*Veto Players*”¹¹ (Tsabelis 1995;2002), incentivando a utilização de bens públicos destinados a trocas particulares (Haggard e Maccubins:2011). Isto permite observar como a ausência de partidos

¹¹ Segundo Tsabelis (1995;2002) os *Veto Players* são todos aqueles actores de um sistema político cujo consentimento é indispensável para mudar uma política determinada. Os VP podem ser classificados, segundo suas características, em quatro categorias: individuais/colectivos ou institucionais/partidários. Os institucionais são aqueles estabelecidos directamente pela constituição – Poder Executivo, Congresso e Judiciário. Enquanto os partidários são aqueles gerados pela mesma dinâmica do jogo político, por exemplo, dentro do legislativo, os partidos necessários para alcançar maiorias nas câmaras. Os VP partidários tendem a ser muito mais instáveis do que os institucionais já que enquanto os segundos necessitam complexos processos de reforma ou severas crises estruturais do sistema político para ser modificado ou substituído, os primeiros possuem uma natureza mais volátil e podem modificar-se com maior facilidade em diferentes conjunturas. No caso dos VP colectivos é importante sublinhar que se faz referência a um actor político e não somente a uma colectividade de funcionários.

razoavelmente fortes se constitui um limite a capacidade de coordenar a actividade legislativa deixando todo sistema mais vulnerável e dependente do apadrinhamento (Nolte, 2007) Mas por mais alto que fosse o custo das negociações com os parlamentares, esses dificilmente iriam se opor a um presidente com extraordinários índices de popularidade.

Ainda com Uribe contando com maioria no congresso, os promotores do referendo iam viver ali alguns problemas, até conseguirem que a instituição lhes desse passe livre à iniciativa. A tentativa de acelerar o processo de qualquer maneira, custou caro: no congresso mesmo tendo maioria na Câmara e no Senado, a forma de se conduzir as votações pró-referendo não foram nada ortodoxas (El Espectador, 26 de Fevereiro, de 2010, p.9-10).

Sem aviso prévio no diário oficial e fora da etapa do recesso, para salvar o projecto, às 4h00 da manhã de 17 de Dezembro de 2008, com 86 votos de aprovação por parte da câmara (El Espectador, 26 de Fevereiro, de 2010, p.9-10). Outro impecílio para as hostes uribistas veio a ser a evidência da questionável validade semântica com que foi construída a pergunta que se fez aos assinantes, pois, no conceito de muitos, a frase permitia que Uribe pudesse ser eleito somente em 2014 e não em 2010. Contudo, na sessão plenária do Senado de 19 de Agosto de 2009 aprovou-se o texto inicial da pergunta: “quem tenha exercido a Presidência da República por dois períodos constitucionais por dois períodos constitucionais, poderá ser eleito para outro período”. Entretanto o verbo «exercido» foi substituído pelo «eleito» já que Uribe no caso de ser candidato ainda não teria cumprido dois mandatos, mas sim eleito para duas legislaturas (El Espectador, 26 de Fevereiro, de 2010, p.9-10).

Os 56 votos a favor da aprovação na Câmara e a vitória de 12 votos a favor, contra 1 no Senado, que pareciam ter posto um fim na celeuma gramatical, terminou gerando mais polémica: porque a Lei terminou sendo aprovada com um texto na Câmara e outro no Senado, situação que foi objecto de futuras discussões jurídicas no Tribunal Constitucional (El Espectador, 26 de Fevereiro, de 2010, p.9-10).

Um novo obstáculo de lacerantes reflexões surgiu quando um parlamentar considerou que seus colegas haviam actuado fora das exigências legais. Ele mostrou que o referendo foi aprovado sem que fosse expedido a certificação do Registador Nacional,

que estava a espera que o Conselho Nacional Eleitoral emitisse o seu parecer a respeito do financiamento das assinaturas (El Espectador, 26 de Fevereiro, de 2010, p.9-10). A decisão foi aprovada pela bancada oficial da primeira comissão do senado, em uma sessão que ficou marcada também pela marginalização à oposição do Partido Liberal (social-democrata) e o Pólo Democrático Alternativo (PDA-esquerda) (El Universal, 15 de abril de 2009, p.4). Na Câmara o PL e o PDA abstiveram-se de votar e anunciaram demandas contra o projecto do referendo que buscava a reeleição com o argumento de que se apresentaram vícios em sua votação depois de que o Governo convocou as sessões extras antes que se finalizassem as extraordinárias (El Universal, 17 de Dezembro de 2008, p.11).

3.2.3. “Desculpe lá seu Presidente!”

Com a reforma para uma nova reeleição de Uribe, a estratégia estava completa, entretanto, a sentença C-141/10 da Corte Constitucional declarou inexecutável uma segunda reeleição presidencial e demonstrou que, apesar dos intentos para dismantelar os controlos contra-maioritários que procuram salvaguardar o estado de direito, o regime político colombiano está mais perto da lógica da democracia constitucional, pese o que se preserva «o respeito as formas previstas para que as maiorias se pronunciem». (López, 2010:27).

Na Colômbia, o poder judicial está submetido a contínuos ataques por parte do executivo. Um assessor presidencial chegou a reclamar a preeminência de um «Estado de opinião» sobre o estado de direito; têm-se revelado numerosos episódios de interceptação ilegal de chamadas telefónicas e correios por parte dos organismos de inteligência há jornalistas e membros da oposição; e agentes do estado têm posto em marcha aterradoras violações das liberdades civis. Membros das Forças Armadas, no afã de mostrar resultados na luta contra a guerrilha, têm sequestrado e assassinado jovens de bairros populares e exibidos os seus corpos em zonas rurais apartadas, vestidos como guerrilheiros, em uma prática conhecida como os «falsos positivos». Esses sinais, entre outros, colocam em risco a qualificação da Colômbia como democracia e lhe aproximam de um autoritarismo competitivo. A corte fechou a possibilidade de uma segunda reeleição a Uribe, e com isto a democracia constitucional deu sinais de

sobrevivência. Mas o certo é que a debilidade do Estado de direito não se resolve com uma sentença da corte, por transcendente e valiosa que ela seja. Mais ainda, o mais seguro é que a reparação pelo dano ocasionado com a reeleição de 2006, e em particular pela modificação das regras na metade do jogo, com nome próprio, demore, todavia um tempo (López, 2010:29).

A dubiedade nos discursos de Uribe podia significar que o projecto da reeleição estava caminhando para o desfecho favorável ao governo, inclusive no Tribunal, os excessos talvez tenham sido o erro que iria atrapalhar o plano do presidente.

“Entretanto, na Casa de Nariño as cabalas estavam na ordem do dia, todavia se respirava um ar de pessimismo, e alguns começaram a digerir a ideia de uma possível era pós-Uribe. As irregularidades durante o trâmite do referendo pareciam tão protuberantes que até os magistrados do Tribunal Constitucional, os quais presumia-se darem a bênção a iniciativa pela aproximação com o Uríbismo, começavam a correr da ideia” (El Espectador, 26 de fevereiro de 2010, p.7)

O primeiro veto dos órgãos judiciários veio em 12 de Novembro de 2009, numa sala onde três juízes do Conselho Nacional Eleitoral declararam a abertura de acusações contra um dos promotores do referendo e invalidaram a recolha de assinaturas, baseando-se na já citada violação dos limites de financiamento de assinaturas, evocada no artigo 256 da Constituição Nacional (El Espectador, 26 de Fevereiro, de 2010, p.9-10).

Em seguida, as votações no Tribunal tinham mostrado variadas posições dos juízes, entretanto já parecia evidente que o sonho de Uribe permanecer por mais quatro anos no poder iria malograr:

i)Apenas um magistrado defendia de forma incondicional o voto a favor da reeleição indefinida, para quem às irregularidades no financiamento da iniciativa, no máximo, daria para desenvolver investigações penais ou administrativas, mas de maneira nenhuma afectaria a lei que convocava o referendo. Diferente do voto de um outro ministro que apresentou a seus colegas um estudo de 400 páginas, no qual advertiu sobre erros como a violação do limite no financiamento para promover consultas populares deste tipo, atribuída aos promotores do referendo, membros oficiais do Partido Social da Unidade Nacional (U) (El Universal, 26 de Fevereiro 2010, p.12)

ii) Todos pareciam convergir em que o congresso não tinha poder para alterar a pergunta que se formulou inicialmente e que habilitaria o presidente Uribe como presidente em 2014. O magistrado Humberto Sierra considerou que se cometeu irregularidades na modificação do texto, na pergunta do referendo, como também, na convocatória de uma sessão extraordinária do Congresso quando a legislatura terminou em Dezembro de 2008 (El Universal, 26 de Fevereiro 2010, p.12).

iii) O assunto que mais dividia o Tribunal era se a mudança no dispositivo da reeleição substituiria a constituição. Neste ponto ficaria 5-4 a favor do referendo. (El Espectador, 26 de fevereiro de 2010, p.7-8).

Antes de ter a negativa do Supremo Tribunal, os meios de comunicação já davam, praticamente, como certo o malogro uribista:

“Assim, tudo parece indicar que a regra que possibilitaria que Uribe regresse a presidência tem horas contadas. Esta sexta-feira deve haver fumaça branca no Tribunal e a corrida presidencial, já sem Uribe, começa em forma” (El Espectador, 26 de fevereiro de 2010, p.8)

3.3. “*Distintos pero iguales*” (conclusão do capítulo III)

O Presidencialismo, se não for acompanhado de pesos e contra-pesos, pode servir para a concentração do poder nas mãos dos chefes de Estados. Sem a harmonia entre os poderes, o ambiente fica propício para que os governos ganhem contornos populistas, e os seus líderes apliquem seu estilo à «democracia delegativa».

O posicionamento trilhado para a segunda reeleição pelos mandatários venezuelano e colombiano foi diferente, sobretudo no discurso, mas a sofreguidão pelo poder foi muito semelhante. Carlos Gaviria Días (ex-candidato a presidente) tem resumido o significado da reeleição dos governantes de nossas “débeis democracias”: “Em nossos países, o caudilhismo está substituindo os fortalecimentos das instituições”. (Rodolfo Arango, El Espectador, 19 de fevereiro de 2009).

Noberto Bobbio mostra que as extremidades da direita e esquerda terminam por se tocar. O caso do referendo da reeleição indefinida é uma dessas situações de toque

entre os extremos. A felicitação de Uribe a Chávez - «*pues consiguió un triunfo democrático*» - foi uma verbalização do quanto, em determinadas horas os populistas se parecem independente da coloração ideológica:

“Nem Chávez, nem Uribe entendem o que é a democracia constitucional. Confundem-na com o messianismo de decisão por maiorias. (...) Em uma verdadeira democracia o Governo cuida de não lesionar a oposição; defende a liberdade de expressão; assegura o acesso igualitário dos grupos políticos, constituídos legalmente, aos meios de comunicação; respeita os partidos políticos; e, sobretudo, não coloca os bens políticos e as vidas humanas ao serviço de seus interesses pessoais.” (Rodolfo Arango, *El Espectador*, 19 de fevereiro de 2009, p.36).

Ambos presidentes sabem da importância da ideologia para manterem-se no poder. Fazem assistencialismo para manter seus seguidores, tornando-os dependentes e empobrecendo a população.

“Levantam as mãos direitas e esquerda a Deus para colocarem-se em sintonia com os eleitores crentes. Confundem a distinção entre informação e propaganda. Desenham estratégias para submeter os tribunais. Sabem que a Constituição que conta é a Constituição real, a dos poderes económicos de facto, que lhes assegura manterem-se no poder; não a Constituição Política que consagra liberdades básicas e direitos para todos, fundamentos da paz e estabilidade social entre pessoas e grupos diversos” (*Idem*).

A vontade dos dois governantes em pleitearem mais uma eleição é mais um traço do populismo, comum a Chávez e Uribe, e redundante na comum demonstração de se acharem insubstituíveis. Com frequência Chávez dava declarações sobre a necessidade de sua permanência na presidência:

“Eu não me considero imprescindível, mas se Deus assim quiser, e a mim der vida e saúde, (espero que) mantenha-me mais alguns anos a frente do leme revolucionário. Creio, assim, necessário, ainda com todas as falhas que possamos ter” (Chávez, 11 de Janeiro, no *El Universal*).

Uribe, no começo da empreitada reelecionista, procurava demonstrar indiferença: “façam o que quiserem com o referendo, declaro-me indiferente a este projecto”. Quando o projecto já não dependia mais dele e de sua maioria esmagadora no Congresso, tingiu seu discurso com um tom mais religioso, “deixo na mão de Deus e do Tribunal Constitucional”. Em seguida, sobre a iminente derrota no Tribunal, deixou

aflorar palavras comuns aos líderes populistas, “Oxalá, chegue um presidente que ame vocês, pelo menos, com metade do amor que eu vos tenho oferecido” (El Universal, 20 de Fevereiro de 2010).

A base de apoio popular de Chávez ao referendo, como sublinhou Freidenberg (2007), sustenta-se com trabalhadores do campo e da cidade, somando-se alguns grupos do empresariado e da classe média mais sofrida. Ele materializou uma dominação populista de esquerda num espaço comunitário, dividido entre um campo popular e oposto ao da partidocracia vigente até sua ascensão em 1998. Neste caminho, o seu discurso igualitário e carismático ofereceu uma certa coesão social no contexto venezuelano, onde figuravam o desencanto com as instituições e as políticas representativas.

Uribe aproveitou os seus bons resultados na contenção da guerrilha, e na alta aprovação do seu governo, para aprovar a consulta do referendo. Foi na recolha de assinaturas da população simpatizante da segunda reeleição que começaram os erros que viriam a fazer fracassar o plano do uribismo. A soma gasta nessa empreitada, não apenas configura o crime de ter extrapolado em seis vezes mais a quantia permitida por lei, mas também serve para sustentar a ideia do empenho desprendido por Uribe e seus aliados em não medir esforços para fazer resultar a empreitada da perpetuação no poder.

Na Venezuela, a proposta passou com muita tranquilidade no congresso: dos 167 deputados, 146 deram sinal verde ao referendo, numa votação por aclamação. Ter a maioria, quase unânime, no congresso somou-se a barganha da emenda da reeleição indefinida poder ser aplicada, também, aos próprios deputados, governadores, prefeitos e vereadores através da mudança de cinco artigos. A possibilidade de pleitear eleições indeterminadas vezes foi uma moeda de troca que alcançou todos os escalões de poder.

No congresso e senado Colombiano, o procedimento foi confuso, não pelo debate com a oposição, mas pela vontade de dar celeridade ao processo. Convocou-se uma sessão extra numa votação durante a madrugada de 17 de Dezembro de 2008 quando esta tinha que estar prevista em diário oficial. Outro erro do legislativo foi aprovar a pergunta do referendo com um texto na câmara alta, e outro na câmara baixa. A oposição, em flagrante minoria, acusou estes erros, os quais não foram empecilho para que as hostes uribistas aprovassem a consulta popular. As maiorias na gestão Uribe

não eram construídas por identidade ideológica, mas por busca de benefícios individuais e clientelares. E isso conferia uma grande instabilidade nos acordos ao apoio presidencial. Por isso para conseguir a governabilidade, o presidente foi tendo que mover-se entre as ofertas populistas. (Torres, 2006: 290).

Assim como a Assembleia Nacional, o Tribunal de Justiça da Venezuela, baseado no mesmo parecer da primeira tentativa da reeleição indefinida (2006), pronunciou-se majoritariamente favorável a prossecução do referendo, assegurando que a reeleição não é um impeditivo da alternância de poder. Prontamente, o Conselho Nacional Eleitoral tratou de executar o cronograma para que no dia 15 de Fevereiro de 2009 os eleitores dissessem «sim» ou «não» às modificações constitucionais. A maioria dos eleitores acabou por dizer «sim» a possibilidade de mais candidatura de Chávez em 2013.

O «fim da linha» para Uribe foi o Tribunal Constitucional. Essa instituição foi o freio numa campanha de escandalosas irregularidades cometidas nas recolhas de assinaturas. Os magistrados, ainda que não exibissem consenso nos vários pontos das deformidades cometidas pelo congresso, e o senado, formaram maioria para rejeitar a realização do referendo. O fim do uribismo aconteceu pelos excessos dos próprios apoiantes da reeleição: os abusos cometidos durante todo o percurso, levaram ao tribunal uma série acções fraudulentas, cujas aprovações poderiam resultar na desmoralização do órgão máximo de justiça pelos próprios magistrados.

Uribe teve seus planos embargados pelo Tribunal; Chávez, não precisou do «knockout» que ele se referia nos seus discursos: a maioria construída em todas as ramas do poder não permitia o aparecimento de uma oposição, seja no Legislativo, seja no Judiciário. Entretanto, a derrota no referendo de 2007, a perda de 12 pontos percentuais na primeira reeleição, as manifestações dos jovens que diziam que «não é não», e a diferença de dez pontos percentuais entre o «sim» e o «não» triunfo reelecionista. Na voz de um populista vai ser sempre uma «vitória histórica» ou um grande golpe na «oligarquia pitianqui»; mas na óptica dos adversários os 45,14% dos sufrágios dados ao «não» pode ser o oxigénio para uma dura batalha no pleito presidencial de 2013.

Conclusão

O populismo é uma modalidade de política comum na América Latina. Conforme tem aparecido ao longo da história do continente, os estudiosos se esforçam em categorizá-lo. Alguns tentam rebaixar o nível do populismo a uma política de segunda categoria, talvez porque tomem por modelo o exemplo europeu de organização institucional. Mas como afirma Freidenberg (2007), o populismo não pode ser visto como um fantasma que vai e volta, ele está sempre latente na região.

A estrutura em que foi criada a sociedade latino-americana aclara como o populismo encontra um espaço para estar sempre presente na região. Como aborda Malamud (2008)

“não houve as grandes crises que geraram as fracturas sociais das sociedades pós-feudais. A grande ausente foi, especialmente, a Revolução Industrial, geradora fundamental da divisão entre as classes trabalhadora e burguesa. Na América Latina não se formou um sector manufactureiro, depois a mão-de-obra no sector industrial ficou muito reduzida, dependendo dos países os trabalhadores se concentraram mais na rede de trabalhos informais e de serviços.”

O resultado foi que não se formou um Estado de Bem-Estar universalizado e essa grande quantidade de trabalhadores e cidadãos encontram no líder populista a sua forma de canalizar o seu descontentando e reivindicar melhores condições laborais e de acesso a serviços públicos de mais eficiência.

Tal qual acontece nas democracias representativas, onde governos dão certo ou fracassam, assim é o populismo, pelo seu componente de personalismo, a depender do líder ele pode promover grandes conquistas sociais como sucedeu no Brasil com Vargas; ou pode ser um fiasco, no caso desse mesmo país com Collor de Melo, o qual teve seu mandato interrompido pela pressão popular e pelo Congresso Nacional. Desta maneira, para entendermos melhor as dinâmicas do populismo como defende Laclau (2007) é preciso tratar a lógica populista como uma forma política legítima e sem preconceitos:

“Podemos afirmar que para avançar na compreensão do populismo, é condição *sine qua non* resgatá-lo de sua posição marginal no discurso das ciências sociais, as quais o tem confinado ao domínio daquilo que

excede o conceito, fazendo-o como um simples oposto de formas políticas dignificadas com o status de verdadeira racionalidade. Devemos destacar que relegar o populismo só está sendo possível porque, desde o começo, existe um forte elemento de condenação ética em consideração dos movimentos populistas” (*Idem*:34).

No final do século passado, praticamente todos os governos da América Latina estavam sendo presididos por governantes neoliberais. Entretanto, com o falhanço do Consenso de Washington, o continente viu emergir governos de esquerda. Entretanto, uma das explicações para a ascensão dos governos de Panizza (2009) assenta-se na relação política e instituições. “O triunfo de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador, devem-se menos as suas posições ideológicas e mais ao seu carácter anti-sistémico. Votar em candidatos anti-sistémicos não é o mesmo que votar em candidatos de esquerda” (Panizza, 2009: 78-79).

Para além da superação do neo-liberalismo económico, havia a esperança da consolidação dos sistemas políticos democráticos. Na visão de Lagos (2006) há uma simbiose de entre demanda e oferta de democracia. “Os cidadãos não pleiteiam mais esquerda, senão mais democracia, pluralismo, liberdade de expressão e mobilidade social. A esquerda tem se vestido de democracia, entretanto não fica claro se a democracia quer vestir-se de esquerda” (Lagos, 2006:99).

Nesse contexto de candidatos anti-sistémicos sob a clivagem política instituição é que Álvaro Uribe ganha as eleições na Colômbia. Na Região Andina, os cidadãos clamavam por mais Estado como forma de inclusão social, independente da coloração ideológica do líder.

Além de um Estado mais intervencionista do que o mercado, a crise gera na Região a lógica da representação personalista, menos analisada nos estudos da democracia porque os académicos da democracia liberal vêem no populismo ou personalismo uma ameaça a democracia baseando-se no jogo das instituições. Como discorre Panizza (2008) quando não ver o populismo como uma ameaça mas como uma das peças da democracia:

“A lógica de representação personalista privilegia a liderança como forma característica da representação. Assim, a política não se reduz a seguir os jogos institucionais ou a resolução tecnocrática dos problemas sociais, que tampouco se reduz a processos de decisões

racionais, mas também possui componentes afectivos e identitários que lhe dão sentido” (*Idem*:82).

Nos últimos 50 anos, a história da Venezuela e da Colômbia não presenciou golpes militares, e até final do século XX, o sistema partidário e institucional funcionava mais próximo do processo representativo. As elites políticas dos dois países revezavam-se no poder, sem ter em devida conta que abria-se um fosso entre governantes e governados. Essas Elites, compostas classe política e económica, foram as primeiras a serem responsabilizadas pela crise social que assolava os dois países, e foram tomadas por Chávez e Uribe como primeiros inimigos a serem combatidos pelo povo e por ambos os líderes.

Chávez e Uribe, no papel de líderes populistas, foram peças do jogo democrático, responsáveis em criar no imaginário colectivo a expectativa de uma vida melhor, e dar voz aos excluídos da ordem política. Assim como denunciar os arranjos partidários que limitavam a representação popular. Entretanto, a lógica de representação personalista, como alerta Panizza (2009), pode também apresentar ameaças à democracia:

“As lideranças pessoais desprovidas de limites institucionais e societários são erráticos e pouco confiáveis. Levadas ao extremo, o personalismo tornam-se autocracias ou tiranias com apoio popular” (*Idem*, 82).

Por ter assumido uma posição anti-sistémica e anti-partidária, o período de Uribe marca o agravamento da desinstitucionalização dos partidos, os quais assumem formas de organização e expressão política que se traduz no abandono e na primazia das regras do jogo político como princípio organizador. O Partido Liberal e o Partido Conservador têm abandonado seus referentes da acção ideológica dos indivíduos. Foram perdendo seu atributo de mecanismo privilegiado, através do qual mobilizavam o apoio político dos cidadãos às políticas de um governo ou rechaço para fazer oposição a elas (Torres, 2006:344).

Ainda que tenha pertencido a um partido tradicional, Uribe tem um discurso contra a “politicagem” em geral. Como demonstramos no decorrer deste trabalho, os partidos são inimigos, e mais adversários ainda são os partidos da oposição, com relação

a esses o presidente colombiano não hesita em vinculá-los a guerrilha armada, ou seja, tenta vincular os partidos que fazem oposição institucional aos grupos responsáveis por acções do conflito de violência civil, sequestro e narcotráfico. Isso foi o suficiente para deixar que a oposição avançasse muito pouco em termos das conquistas de cadeiras no congresso, prefeituras e províncias.

Chávez cataloga a elite política e económica como inimigas da “Revolução Bolivariana” encontram mais tarde nos EUA outra oposição a ser mantida. Com relação aos americanos, o chavismo sobrevaloriza o seu discurso de que os americanos tenham um interesse permanente de invadir o território venezuelano. Episódios como a tentativa de golpe sofrido pelo mandatário 2001, são sempre recordados como tendo sido uma manobra para estancar o processo “revolucionário” por parte da oposição com o apoio militar e mediático da América.

Na escolha do inimigo, tanto Chávez como Uribe são claramente populistas. Da mesma forma que Chávez sustenta uma possível ameaça do imperialismo do seu território e arroga para si a imagem de defensor da pátria, Uribe vincula uma oposição partidária e institucional à guerrilha e ao narcotráfico, e por conseguinte, inimiga da «segurança democrática». Uribe usa sua grande aceitação popular para isolar os adversários confundindo a oposição política com o conflito armado.

A facilidade com que o referendo passou no congresso Colombiano dá-se num contexto de debilidade dos partidos. Como diz Milanese (2008) “há uma inexistência de interesses contra-postos entre o Executivo e o Legislativo”. Essa maioria no congresso é mantida a custo de favores. Apesar de ter havido uma reforma em 2003, que visava criar mecanismos para a fidelização partidária, o sistema de partidos não tem alcançado uma configuração clara. Principalmente porque o alinhamento aconteceu abaixo de uma dicotomia uribismo/anti-uribismo.

Para aprovar a reforma da reeleição com sua coalizão no congresso, Uribe teve uma maioria inquestionável, mas ao custo de intensas trocas de favores. O recorrente não parecia ser que os partidos aliados se opusessem ao projecto, mas o receio, ainda que remotíssimo, era de que alguns parlamentares o fizessem isoladamente. A situação no congresso apontava para a vitória do projecto do uribismo, porque a maior parte dos legisladores como actores racionais também pretendiam ser reeleitos. Para lograr êxito

nas futuras campanhas, os parlamentares necessitariam de benefícios para o seu eleitorado, recursos económicos, e o apoio do presidente, o que implica uma grande vantagem do ponto de vista eleitoral.

O congresso aprovou o projecto do referendo. Entretanto, o parlamento mostrou não ser completamente subordinado, muito menos irrelevante: seu poder de veto foi usado para obter distintos tipos de benefícios. Todavia, os altíssimos níveis de aceitação da imagem presidencial fazem com que no caso onde há grandes distâncias ideológicas, os legisladores se cerquem a Uribe, não só porque este pode significar recursos, mas também porque o mandatário eleva suas possibilidades de serem reeleitos sucessivas vezes.

O congresso venezuelano mostrou muito mais passividade em relação a aprovação do referendo da reeleição, quando comparado com o caso colombiano. A facilidade com que a Assembleia nacional pode ser notada por vários aspectos:

(i) curto espaço de tempo da proposta do referendo por Chávez (1 de Dezembro de 2008) até sua aprovação na Assembleia (8 de Janeiro de 2009).

(ii) Como era inconstitucional o presidente activar o referendo, porque a emenda já tinha sido rejeitada pela população no ano anterior, a Assembleia Nacional foi quem impulsionou a emenda constitucional. Este recurso feito pelo legislativo caberia a população fazê-lo através da recolha de aproximadamente 2.550.000 assinaturas, mas Chávez pronunciou-se contra porque o processo iria ser muito moroso. Desta forma, desconsiderando a lei da colecta de assinaturas pelos cidadãos, a AN tomou a iniciativa de reger a regras do referendo com o respaldo de 146 deputados dos partidos Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e do Comunista da Venezuela (PCV), num debate em 18 de Dezembro de 2008.

(iii) A apresentação da proposta ficou sob a cargo do PSUV, que recolheu 4.760.485¹² assinaturas populares. Isso aconteceu na segunda discussão quando a proposta foi aprovada por 156 deputados pertencentes aos partidos: Socialista Unido da Venezuela, Pátria Para Todos, Novos Caminhos Revolucionários e Unidade Popular

¹² Agência Bolivariana de Notícias: <http://www.abn.info.ve/noticia.php?articulo=162405&lee=1>

Venezuelana; enquanto 11 deputados do Podemos e da Frente Popular Humanista votaram contra a proposta referendaria.

Para não existir dúvidas sobre a falta de contra-pesos, fica o episódio da aprovação na AN por aclamação dos parlamentares que eram a favor da emenda que permitia a Chávez concorrer a reeleição indefinida e brindava-os com a possibilidade de também irem as urnas quantas vezes achassem por bem fazê-lo.

A votação do referendo nos congressos venezuelanos e colombianos mostra-nos que Uribe tendeu a lançar mão de muito mais recursos e negociação do que Chávez. A própria estrutura do parlamento colombiano (com câmaras baixa e alta) mostra que esta instituição importa mais do que a Assembleia Nacional Venezuelana (com apenas uma casa). Pelo menos no período da votação da emenda constitucional a AN da Venezuela estava mais subordinada ao seu mandatário do que Legislativo da Colômbia.

A tramitação do projecto do referendo nos tribunais de justiça da Venezuela e Colômbia também são de grande valia para mostrar o grau de concentração do Executivo em detrimento dos outros poderes. O Tribunal de Justiça Venezuelano repetiu em 2009 o parecer a favor do referendo como já tinha feito há 2 anos atrás. Na sentença, os magistrados não achavam que a possibilidade de um presidente reeleger-se indefinidamente pudesse enfraquecer a democracia. A posição quase unânime do Tribunal enfraquece o próprio judiciário, o qual se exime de debater com mais cuidado uma alteração profunda na constituição. Desse modo, a justiça tal qual fez a população e o congresso delegam a Chávez mais poderes os quais deviam competir a outros agentes de vetos.

Na Colômbia, a decisão do Supremo Tribunal de Justiça foi muito mais discutida. Havia uma predisposição do STJ para aprovar a lei que gozava de grande apoio popular e já tinha parecer favorável no Congresso. Mas, talvez, a ânsia de manter a autoridade comum aos populistas, e a facilidade com que pensam ter sob o seu controle todas as esferas de poder tenham sido componentes que fizeram com que os magistrados vetassem os planos do uribismo.

Embora o populismo de esquerda e direita exista na Venezuela e na Colômbia, no primeiro caso ainda sob o comando chavista, e no segundo tenha vivido sua fase

uribista. Seja no populismo do «modelo de Caracas» ou no «modelo de Bogotá» as instituições importam e isso ficou claro no processo que tinha por objectivo a aprovação do referendo da reeleição indefinida.

Na Venezuela, onde o referendo foi aprovado em todas instancias de poder e pela população. Ainda que o seu governo tenha acumulado algumas derrotas, depois de uma década no poder o mandatário vai às urnas em 2013 com grande apoio cidadão e com os partidos e congresso sob a sua tutela.

No caso Colombiano, os apoios populares e do parlamento não foi suficiente para que Uribe concorresse a terceira reeleição. O Tribunal analisou todo o processo da consulta, e não teve a mesma opinião das outras instituições e movimentos que apoiavam o presidente. Nesse caso, o tribunal mostrou zelo pela constituição, e decidiu que os chefes de Estado passam, mas a carta magna deve permanecer inalterada.

Por fim, este trabalho buscou identificar as principais nuances das lideranças populistas em Colômbia e Venezuela. Procurou também considerar alguns aspectos teóricos relevantes sobre o populismo na região, que permitiu abordar a relevância da identificação de inimigos internos e externos para permitir a coesão nacional e o respaldo às políticas adotadas por ambos os líderes. Porém, foi na análise mais aprofundada das tentativas de aprovação das propostas de reeleição indefinida onde foram demonstradas as principais diferenças dos populismos de Chávez e Uribe. Nestes casos a dimensão direita-esquerda não interferiram mais do que contexto estrutural da sociedade e das instituições, as quais intervêm no raio de manobra dos presidentes de acordo com sua organização e capacidade de se manterem independentes.

As práticas políticas tanto do populismo de direita e de esquerda são bastante parecidas. Com discursos ideologicamente diferentes, tentam deixar em segundo plano as instituições. Ao invés de tratar a oposição como adversários trata-a como inimiga do seu plano de poder. As ideologias são pretextos para uma relação sedimentada na verticalização líder-povo que só pode ser comprometida com o fortalecimento dos atores de veto institucionais.

Bibliografia

Alcántara Sáez, Manuel e Freidenberg, Flavia, et all. 2003. *Partidos políticos na América Latina. Países Andinos*. México: Fondo de Cultura Económica.

Alcántara Sáez, Manuel. 2007. La escala de la izquierda: la ubicación ideológica de presidentes e partidos de izquierda en América Latina. In: *Noeva Sociedade*, nº 211.

Basset, Yan. 2007. La izquierda en tiempos de Uribe. In: *Noeva Sociedade*, nº 214.

Bandiere, Diego. 2009. *Uribe y Chávez o la lucha por la nominación: un análisis en clave populista de sus lógicas políticas*. UBA, Facultad de Ciencias Sociales.

Bobbio, Noberto. 1995. *Esquerda e Direita: Razões e Significados de uma Distinção Política*. Lisboa: Presença.

Chavez, Daniel Uruguay. 2008. Un Gobierno Proyecto Políticos en Disputa. In: *Umbrals de América del Sur*, nº 5, pp.140-148.

Canovan, Margaret. 1999. "Trust the people! Populism and the two faces of democracy". In: *Political Estudios*, nº 47, pp. 2-16.

Coutinho, Marcelo. 2006. Democracias Andinas: Chegado Tarde à Festa? In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, nº4, pp.795-832.

_____. 2006. *Movimentos de Mudança Política na América do Sul Contemporânea*. Observatório Político Sul-Americano (OPSA), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

Carreño, Alexander Arciniegas. 2009. *Colômbia y Venezuela: Una comparación más allá de los liderazgos de Álvaro Uribe y Hugo Chávez*. Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS).

DE LA TORRE, Carlos. 2003. Masas, pueblo y democracia: un balance crítico de los debates sobre el nuevo populismo. In: *Revista de Ciencia Política*, vol. XXIII, no.001, pp. 55-66.

De La Torre, Cristina. 2010. *Álvaro Uribe, Neopopulista*. Facultade de Finazas, Gobierno y Relaciones Internacionales de la Universidad Externado de Colombia.

Flores, Fidel Pérez. 2008. *A Venezuela depois do referendo: avanços e recuos do projecto socialista de Chávez*. Observatório Político Sul-Americano (OPSA), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

Freidenberg, Flavia. 2007. *La tentación populista: una vía al poder en América Latina*. Madrid: Editorial Síntesis.

Garcia, Marco Aurélio. 2008. Del Destino a la Construcción. In: *Umbrals de América del Sur*, 2008, nº 5, pp. 79-88.

Haggard, Stephen e McCubbins, Mathew D. 2001. *Presidents, Parliaments, and Policy*. Sandiego: University of California.

Hernández, Carolina Galindo. 2006. Neopopulismo en Colômbia: el caso del gobierno de Álvaro Uribe Vélez. In: *Iconos, Revista de Ciencias Sociais*, nº 27, pp. 147-162.

Laclau, Ernesto. 2006. La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. In: *Nueva Sociedad*, no 205, pp. 56-61.

_____. 2007. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Lagos, Marta. 2006. Apearce de la fantasía: Hugo Chávez y los liderazgos en América Latina. In: *Nueva Sociedade*, nº 205.

Lanzaro, Jorge. 2007. La ‘tercer ola’ de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y la social-democracia. In: *Revista Encuentros Latinoamericanos*, no 1, pp. 20-57.

Leis, Hector Ricardo. 2008. Populismo e democracia liberal na América do Sul. *Revista Debates*, nº2, pp.25-47.

Lijphart, Arend. 1971. Comparative Politics and Comparative Method. In: *The American Political Science Review*, vol. 65, nº 3, pp. 682-693.

Liñán, Aníbal Perez. 2008. Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales. In: *América Latina Hoy*, nº49.

López, Maurício Uribe. 2010. “Colombia y Venezuela: ¿democracias delegativas o autoritarismos competitivos?”. In: *Nueva Sociedad*, nº 227, pp. 20-30.

Marcano, Cristina e Barrera Tyska, Alberto. 2004. *Hugo Chavez sem Uniforme*. Rio de Janeiro: Gryphus.

Maya, Margarita López. 2008. Venezuela post-referendo. In: *Nueva Sociedad*, nº 215.

Mires, Fernando. 2007. Socialismo nacional versus democracia social: Una breve revisión histórica. In: *Noeva Sociedade*, nº 217.

Malamud, Andrés. 2003. O presidencialismo na América do Sul: Argentina e Brasil em perspectiva comparada. In: *Análise Social*, nº168.

- Malamud, Andrés. 2008. *À deriva: Velhas e Novas Segmentações na América Latina*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Marafioti, Roberto. 2007. Profecias y realidades: discurso político en la Venezuela de hoy. In: *Umbrals de América del Sur*, nº 2, pp. 91-102.
- Maria, Luis. 2008. ¿Hacia donde va América Latina?. In: *Umbrals de América del Sur*, 2008, nº 5.
- Milanese, Juan Pablo. 2008. Relaciones Ejecutivo-Legislativo en la conjetura política colombiana, un análisis desde la lógica de los Veto Players, *Documentos de Políticas Pública*.
- Mocca, Edgardo. 2008. Contribuciones y Peripetias de La Izquierda Sudamericana. In: *Umbrals de América del Sur*, nº 5, pp. 74-78.
- Moreira, Carlos. 2008. *Colombia y Venezuela: Modelos emergentes en la nueva política latinoamericana*. In: Revista Debates, nº1, pp. 51-74
- Meirelles, Constantino. 2009. *Deputados venezuelanos aprovam reeleição ilimitada de Hugo Chávez*. Centro de Mídia Independente.
- Nasi, Carlo. 2007. Derechización ‘a la colombiana’ en tiempos confusos: Un ensayo especulativo. In: *Colombia Internacional*, nº 66, pp. 162-183.
- Natanson, José. 2008. *La Nueva Izquierda, triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador*. Buenos Aires: Debate.
- _____. 2008. ¿Algo Nuevo Bajo el Sol? Las Políticas Económicas de Los Gobiernos de la Nueva Izquierda Latinoamericana. In: *Umbrals de América del Sur*, nº 5, pp. 149-156.
- Nolte, Detlef. 2007. Los Congressos en América Latina: Legislaturas reactivas, potencialmente activas e reforma electoral en Colombia. In: *Revista de Ciencia Política*, vol. 26, nº 1/2006, pp.138-151
- Novaro, Marcos. 1996. Los populismos transfigurados. In: *Nueva Sociedad*, nº 144, pp.90-103.
- O'Donnell, Guillermo.1996. Otra Institucionalización. *Política y Gobierno*, nº 2, pp. 219-244.
- O'Donnell, Guillermo.1992. *Delegative Democracy*. Kellog Institute.

Panizza, Francisco. 2008. Fisuras entre populismo y democracia en América Latina. In: DE LA TORRE, Carlos e PERUZZOTTI, Enrique (orgs.). *El retorno del pueblo: Populismo y nuevas democracias en América Latina*. Quito: FLACSO, pp. 77-95.

_____. 2009. Los retos de América Latina en un mundo en cambio. In: *Revista CIDOB d’AFFERS*.

Patiño, Luis Guillermo e Cardona, Porfirio. 2009. Neopopulism: an approach to the Colombia and Venezuela case. In: *Estudios Políticos*, nº 34, pp. 163-184.

Ramírez, Socorro. 2011. El giro de la política exterior colombiana. In: *Nueva Sociedad*, nº 231, pp. 80-95.

Restrepo, Luis Alberto. 2004. La difícil recomposición de Colombia. In: *Nueva Sociedad*, nº 192, pp. 46-58.

Rial, Juan. 2008. Rafael Correa Delgado. In: *Países andinos: los político*. Perú: IDEA, pp. 202-213.

Rincón, Lina Cabezas. 2009. Representación política e liderazgos en la Región Andina. In: *I Encuentro de Estudiantes de Ciencia Política – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociais*, FLACSO, pp. 1-26

Roberts, Kenneth. 2007. Volver a Vivir, La repolitización de América Latina: una interpretación del giro a la izquierda. In: *Umbrales de América del Sur*, nº 2, pp. 65-76.

_____. 2008. El resurgimiento del populismo latinoamericano. In De la Torre, Carlos e Peruzzotti, Enrique (orgs.) *El retorno del pueblo: populismo y nuevas democracias en América Latina*. Quito: FLACSO, pp. 55-73.

Romero, Carlos A. 2006. Venezuela y Estados Unidos: ¿ Una relación esquizofrénica?. In: *Nueva Sociedad*, nº 206.

Salazar Elena, Rodrigo. 2007. Confianza política, instituciones y populismo en Bolivia y Venezuela. In: Aibar Gaete, Julio (org.). *Vox populi: populismo y democracia en Latinoamérica*. México: FLACSO, pp. 213-258.

Sartori, Giovanni. 1994. *A Teoria da Democracia Revisitada: o debate contemporâneo*. Editora Ática.

Schmitter, Philippe C.. 2006. *A balance sheet of the vices and virtues of ‘Populism’*. Firenze: European University Institute.

Sorj, Bernardo e Martucelli, Danilo. 2008. *O Desafio Latino Americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Tanaka, Martín. 2001. *La situación de la democracia en Colombia, Perú y Venezuela a inicios de siglo*. Comisión Andina de Juristas.

Torres, Pedro Medellín. 2006. *El presidente sitiado, ingobernabilidad y erosión del poder presidencial en Colombia*. Colombia: Planeta.

Tsebelis, George. 1995. *Decision Making in Polical Decisions: Veto Players in presidentialism, parlamentarism, multicameralism, and multipartism*. British Journal of Polical Science, vol. 25, pp. 289-325.

_____. 2002. *Veto Players: How political Institutions Work*. Princenton: Princenton University Press.

Velásquez, Alejo Vargas. 2004. El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados – políticas estrategias y doctrinas. In: *Nueva Sociedad*, nº 192, pp. 85-97.

Vilas, Carlos. 2003. *La región andina: entre los nuevos populismos e la movilización social*. Bogotá: Unión Gráfica Ltda.

Villa, Duarte Rafael e Ostos, Maria Del Pilar. 2005. As relações Colômbia, Países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 48, pp. 86-110

Weyland, Kurt. 2001. Clarifying a contested concept: populism in the study of Latin American politics. In: *Comparative Politics*, vol. 34, no.1, pp. 1-22

_____. 2003. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: how much affinity?. In: *Third World Quarterly*, vol. 24, nº 6, pp. 1095-1115.

Fontes (Jornais)

El Espectador (Colômbia)

El Universal (Venezuela)

Documentos oficiais

Villarreal, Gabriel Mario Santos. 2009. Servicios de Investigación y Análisis/Subscripción de Política Exterior. Referendo Constitucional de Venezuela 2009.